



Demonstrações Contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Diretoria Financeira e Administrativa – D.F.A.

Controladoria – CON



Instituto de Pesquisas Tecnológicas

Seu desafio é nosso

ipt

INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS

O QUE É O IPT?

Inovador por tradição

O IPT, Instituto de Pesquisas Tecnológicas, cria e aplica soluções tecnológicas para setores da economia, governos e sociedade em apoio à superação de desafios.

Vinculado ao Governo do Estado de São Paulo, colabora para o desenvolvimento nacional desde 1899.

Com infraestrutura laboratorial de ponta e equipes multidisciplinares altamente capacitadas, atua em quatro grandes áreas: pesquisa, desenvolvimento & inovação; serviços tecnológicos; serviços metrológicos; e educação em tecnologia. Realiza ensaios, análises, calibrações e certificações; monitoramento, inspeção e consultoria para resolução de problemas; e desenvolve produtos e processos.

Moderno e interdisciplinar conta com programas de inovação aberta e de aceleração tecnológica atendendo desde startups a grandes corporações, apoiando seu negócio com o mapeamento de linhas de fomento e conectando seus desafios com ICTs e universidades.

Dados rápidos

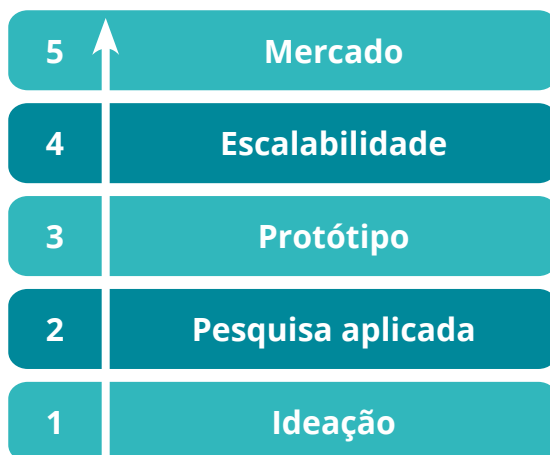
> 1.000 colaboradores

> 150 mil m² de laboratórios

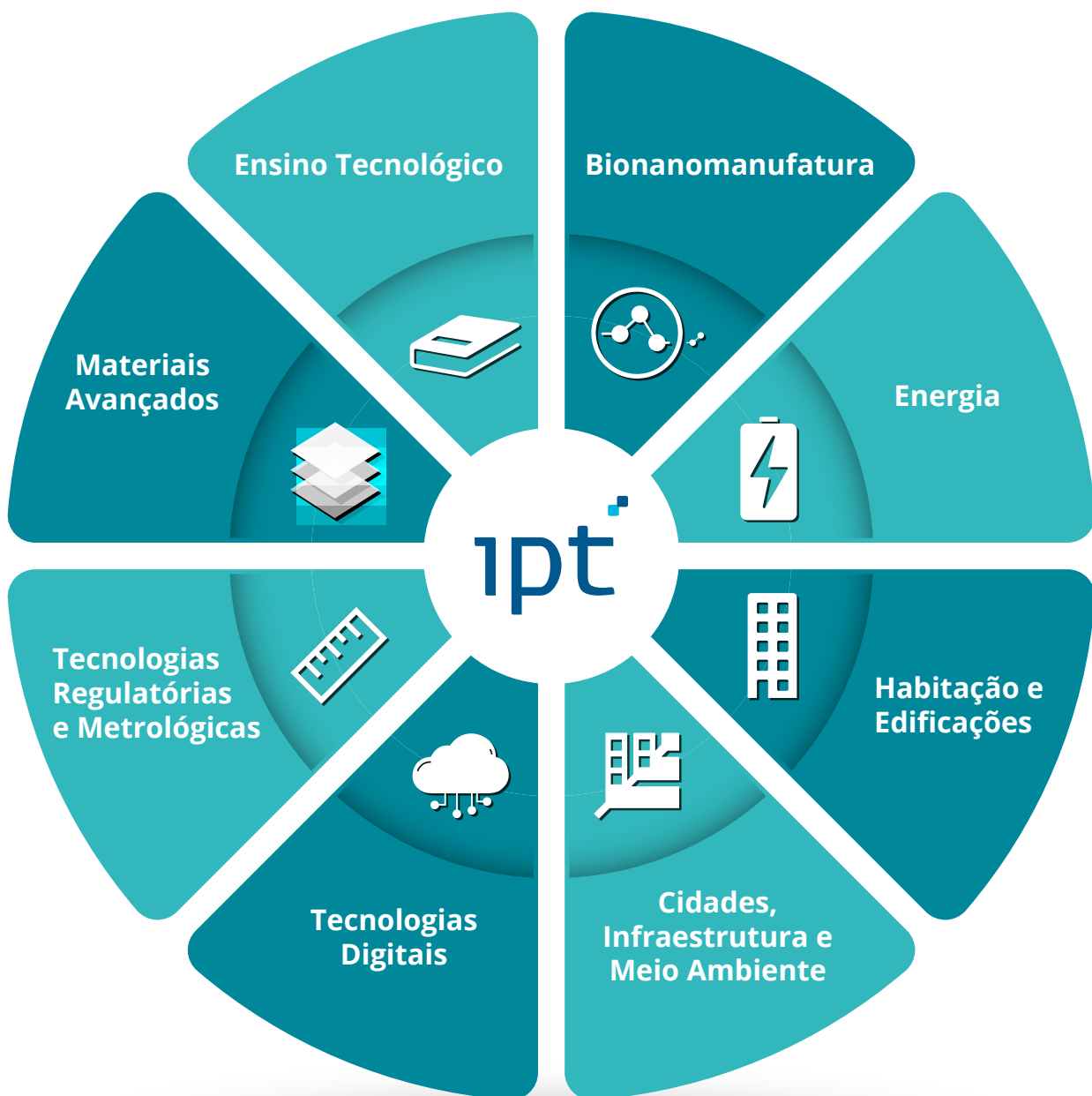
> 2.000 ensaios e análises

Zona de excelência do NPS

Soluções desde a ideia até o mercado



Unidades de Negócios



Bionanomanufatura

Um dos grandes desafios do século consiste no desenvolvimento de novos produtos e processos industriais que atendam aos princípios de sustentabilidade, abrangendo os aspectos social, econômico e ambiental.

Nosso modelo exclusivo de tradução de tecnologia quebra os silos tradicionais da academia e as barreiras com a indústria, permitindo que nosso time de cientistas visionários colabore criativamente em nossas áreas de foco de nanotecnologia, biotecnologia, micromanufatura, química, EPIs e têxteis.

Tecnologias integradas | Nanotecnologia traz novas possibilidades à ciência e ao desenvolvimento tecnológico, com redução de escala de tempo e tamanho, permitindo intensificar processos químicos, físicos e

biológicos, com aumento da qualidade e funcionalidades dos produtos. Processos biotecnológicos são vantajosos por serem menos nocivos ao meio ambiente. Consomem menos energia e favorecem o uso de matérias-primas renováveis. Processos de micromanufatura avançados possibilitam a aplicação de nanotecnologia ao desenvolvimento de biossensores, nas áreas de saúde e ambiental; microrreatores, para química e técnicas analíticas convencionais miniaturizadas, entre outras.

Parceria | A Bionanomanufatura do IPT é parceira ideal para viabilizar o desenvolvimento e aplicação destas tecnologias de modo integrado e sustentável, respondendo às demandas do mercado. Projetos de diferentes modalidades como P&D&I, consultoria e serviços tecnológicos podem ser desenvolvidos em parceria com empresas, contando com diversas formas de financiamento, inclusive recursos não-reembolsáveis via Unidade EMBRAPPII.



Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente

Cidades são a maior intervenção humana no meio físico. Um ambiente único que abriga quase 80% da população mundial. Trazem consigo oportunidades, prosperidade e bem-estar para muitos habitantes. Mas geram também grandes desequilíbrios econômicos e socioambientais que precisam ser entendidos e gerenciados. Podem impactar financeira e socialmente tanto a área de políticas públicas, quanto dos negócios privados.

Conhecimento compartilhado |

Hoje, é indispensável que gestores públicos e privados tenham conhecimento técnico sobre problemas ambientais e de infraestrutura urbana. Eles devem capacitar-se para entender problemas e enfrentá-los com rapidez e menor custo possível. Este é o principal objetivo da área. Para alcançá-lo, oferece soluções tecnológicas e P&D&I embasados em conceitos de sustentabilidade que envolvem, em sentido amplo, as cidades, a infraestrutura e o entorno urbano e rural.

Competências | Esta unidade conta com uma equipe especializada e multidisciplinar que atua de modo integrado na concepção, modelação de propostas, validação de métodos, desenvolvimento e aplicação de soluções tecnológicas com idoneidade, imparcialidade e qualidade técnica no atendimento aos setores público e privado.

O acesso do cliente a soluções é facilitado por três seções técnicas com atuações em planejamento territorial, avaliação ambiental, recursos hídricos, saneamento e florestas urbanas e rurais; geotecnia e engenharia de estruturas aplicadas a grandes obras civis; e investigações geofísicas e ambientais, gestão e gerenciamento de riscos naturais, tecnológicos/industriais, gerenciamento e gestão ambiental e de áreas contaminadas.



Energia

Há mais de 50 anos o IPT desempenha papel de ponta na área de energia no Brasil. Desenvolve atividades sistemáticas de P&D&I, resultando em soluções tecnológicas que aumentam a segurança e a eficiência energética, reduzem emissões de poluentes e melhoram a eficácia de custos, a aplicação e a funcionalidade de projetos, produtos, serviços e instalações industriais.

Olhar tecnológico | Projetos estratégicos relevantes para o país contaram com o apoio tecnológico do IPT. A exemplo do desenvolvimento de motores a etanol, durante o programa Proálcool nas décadas de 1970 e 1980, ou da elaboração de especificações do biodiesel para o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, em 2004.

Força nos projetos | Usando técnicas avançadas de Engenharia, o IPT oferece suporte ao desenvolvimento

de produtos e projetos tecnicamente competitivos, incorporando tecnologias apropriadas e utilizando técnicas avançadas de modelagem, simulação e experimentação. Suas atividades e serviços contemplam o ciclo de vida completo de produtos e instalações, desde a pesquisa, passando pelo projeto, modelagem, prototipagem e testes, até o final da vida útil.

A equipe de pesquisadores e técnicos da Unidade é altamente qualificada, trabalhando numa moderna infraestrutura laboratorial. São competências indispensáveis para executar soluções relacionadas à geração, transmissão, distribuição e utilização de energia. Seus focos concentram-se, principalmente, nos temas de energias renováveis e descarbonização, combustíveis avançados, e transição energética nos setores de óleo e gás, agronegócio, transportes de passageiros e de cargas, máquinas e equipamentos.

Ensino Tecnológico

A unidade Ensino Tecnológico do IPT busca formar profissionais com sólida capacitação para o desenvolvimento e aplicação de metodologias, técnicas e processos na indústria. Tudo isto, tendo em conta as mudanças tecnológicas e as transformações econômicas e socioambientais que afetam o desenvolvimento nacional e mundial.

Antenados | Por isso busca a formação de docentes, pesquisadores e profissionais comprometidos, invariavelmente, com a geração e a difusão de conhecimentos na área técnica. Para que cumpram estes objetivos devem estar conectados de modo integral as redes de criação de conhecimento científico-tecnológico global, com ênfase na interação com a realidade econômica e socioambiental brasileira.

Capital humano | Além do fomento à pesquisa e à inovação tecnológica, a unidade contribui para agregar competitividade e aumentar a produtividade nas empresas, organizações públicas e privadas. O IPT oferece diversas modalidades de cursos para o público externo, tanto graduados quanto não-graduados, no campus da sua sede, no formato de aulas *on-line* ou *in company*. As soluções educacionais são construídas para atender as necessidades específicas dos interessados, e envolvem diferentes formatos: Mestrado Profissional; Especialização; Aperfeiçoamento; Curta Duração; Educação Corporativa; e MBA Internacional.

As soluções educacionais incentivam ao aluno a empreender na busca de soluções inovadoras. Além de permitir uma atuação qualificada e a transferência e difusão de conhecimento técnico-científico em sua área de atuação, em constante sintonia com as demandas da sociedade. O amplo leque de temas inclui bionanomanufatura, infraestrutura, energia, meio ambiente, habitação, materiais avançados, tecnologias digitais, processos industriais e tecnologia regulatórias e metrológicas.





Habitação e Edificações

A maior parte das atividades humanas contemporâneas ocorre no interior das edificações. Produzir espaços confortáveis, seguros e sustentáveis em grande escala, com eficiência e custos competitivos, são desafios do setor. Por isso a unidade de negócios Habitação e Edificações do IPT está preparada – e direcionada – para apoiar seus clientes.

Ponta a ponta | Suas equipes técnicas estão capacitadas para atuar ao longo de toda a cadeia produtiva do setor, a começar da elaboração do projeto de edificação. Apoia as indústrias na avaliação, inovação, desenvolvimento e certificação de produtos, atuando junto a toda a cadeia produtiva. Dá suporte a programas estaduais e federais de fomento à produção de escolas e Habitações de Interesse Social.

Versatilidade | A unidade conta com base laboratorial considerada a mais eclética do país. Tanto para ensaios de caracterização das propriedades de materiais, quanto pela avaliação de desempenho de elementos, componentes, sistemas construtivos e inspeções in loco. Tem ampla capacitação para simulações computacionais, abordar e incentivar – por meio de análises de ciclo de vida – a adoção de produtos de bom desempenho ambiental.

Habitação e Edificações conta com quatro modernos laboratórios integrados. O objetivo é facilitar a vida dos clientes na busca por soluções tecnológicas. São eles: Laboratório de Conforto Ambiental, Eficiência Energética e Instalações Prediais; Laboratório de Tecnologia e Desempenho de Sistemas Construtivos; Laboratório de Materiais para Produtos de Construção; Laboratório de Segurança ao Fogo e a Explosões. Conta, também, com a maior Xiloteca do Brasil.

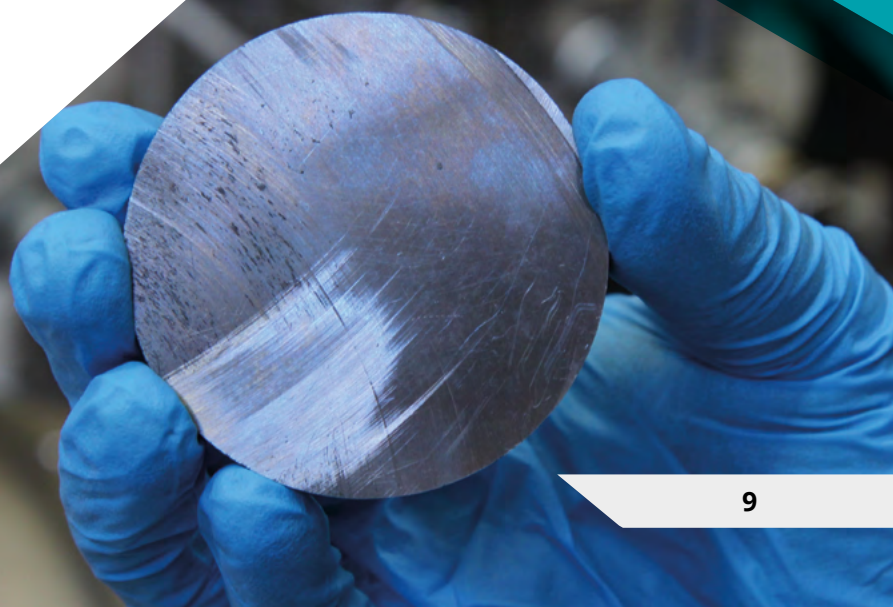
Materiais Avançados

Materiais Avançados é um tema associado à agregação de valor, diretamente ligado ao uso de novos materiais e melhoramento de processos. Alinhada à tendência mundial, a unidade de negócios Materiais Avançados está pronta para apoiar o mercado no desenvolvimento de materiais ou modificações, melhoria de propriedades, otimizações e concepção de processos produtivos ou seleção inteligente de novos materiais, possibilitando novas funcionalidades que aumentem a competitividade dos materiais tradicionais e que resultem em menor impacto ambiental.

Atuação | A Unidade de Negócios Materiais Avançados, que é também unidade Embrapii em 'Materiais de Alto Desempenho' desde 2012, conta com equipe multidisciplinar de profissionais qualificados. Dispõe de estrutura laboratorial ampla para a realização de P&D&I, serviços tecnológicos, ensaios e análises. Sua atuação abrange modelagem matemática, física e fenomenológica até experimentação em escala piloto. Produz inovações, melhorias incrementais e disruptivas em processos e produtos, com destaque para os setores de mineração, siderurgia, óleo e gás, papel e celulose, energia e automotivo.

Multidisciplinaridade | Conceitos da Indústria 4.0, Manufatura Aditiva, são aplicados a projetos, além do desenvolvimento de rotas tecnológicas para obtenção de matérias-primas secundárias a partir de resíduos, com base no conceito de economia circular.

A unidade estrutura-se em quatro áreas: Laboratório de Corrosão e Proteção; Laboratório de Celulose, Papel e Embalagem; Laboratório de Estruturas Leves; e Laboratório de Processos Metalúrgicos, com forte atuação multidisciplinar por meio de parcerias com Universidades e outros Centros de Pesquisa.



Tecnologias Digitais

Alinhada às demandas da sociedade por mais conectividade, mobilidade e processos automatizados com agentes de Inteligência, a unidade de negócios Tecnologias Digitais promove a transformação digital por meio do desenvolvimento de soluções inteligentes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O foco concentra-se no aumento da competitividade das empresas e qualidade de vida da população.

Atuação integrada | Atuando em Internet das Coisas, Sistemas Embarcados, Engenharia de Software, Transportes Inteligentes, Inteligência Artificial e Analytics, desenvolve inovação integrada ao conhecimento multidisciplinar do IPT. Trabalha em parceria com universidades, instituições científicas e tecnológicas nacionais e internacionais.

Isto vale tanto para a entrega de soluções tecnológicas, quanto para a emissão de relatórios, pareceres e laudos técnicos, incluindo a certificação de soluções em TIC. Possui habilitação e reconhecimento por entidades privadas e governamentais, tais como, o Comitê de Área de Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações que credencia a unidade para execução de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) no âmbito da Lei de Informática.

P&D&I Incentivado | A atual política industrial para o setor de tecnologia da informação e comunicação, mais conhecida como Lei de Informática, concede incentivos fiscais a empresas de hardware e automação que invistam regularmente em P&D&I, transformando o incentivo em créditos para estimular investimentos em inovação na indústria nacional de TIC, que podem ser aplicados em projetos com esta unidade do IPT.



Tecnologias Regulatórias e Metrológicas

Medições confiáveis são essenciais em todas as áreas da vida moderna! Exemplos estão presentes desde os desafios globais da energia sustentável, até o fornecimento de assistência médica de alta qualidade, proteção ambiental, estrutura legal e regulatória que sustenta o comércio internacional. O que esses exemplos têm em comum? Todos dependem de rastreabilidade e medições cada vez mais precisas.

Competitividade | Em um ambiente regulatório, econômico e competitivo cada vez mais restritivo, a unidade de negócios Tecnologias Regulatórias e Metrológicas apoia as empresas em suas estratégias de inovação e crescimento, com foco no aumento da competitividade nos seus negócios.

Para isto, conta com laboratórios de referência em metrologia industrial e equipe multidisciplinar altamente qualificada. Também dá suporte à sociedade, e na implementação de políticas públicas, ante desafios como proteção ao cidadão, ao consumidor, ao meio ambiente, saúde e segurança. Isto tudo faz do IPT um parceiro fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, combinando aspectos econômicos e socioambientais.

Esta unidade de negócios também cria referências e métodos de medição específicos para diversas áreas como óleo e gás, manufatura, saneamento, recursos hídricos, saúde, energia, agronegócio, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, infraestrutura, mineração, materiais, mobilidade e transporte, urbanização e habitação, indústria 4.0 e cidades inteligentes. O objetivo é fornecer aos clientes *benchmarks* e resultados confiáveis, permitindo que eles implementem suas próprias estratégias.



IPT Open

O IPT Open é um programa que está desenvolvendo um ecossistema de inovação transformador. Além de colocar à disposição do mercado toda a infraestrutura laboratorial e a experiência centenária do IPT no desenvolvimento de tecnologias e inovações, permite que o instituto possa potencializar seu papel de articular e conectar grandes empresas, startups, instituições de fomento, instituições de ensino e tantos outros entes que, juntos, empreendem para criar tecnologias *hardtech* impulsionadoras de novos negócios.

A atuação do Instituto em diversos segmentos do mercado enriquece as possibilidades de conexões entre os participantes e o foco em tecnologias *hardtech* e *deeptech* cria possibilidades para além do que está disponível em empreendimentos promotores de inovação tradicionalmente estabelecidos.

Proposta de Valor | Quem adere ao IPT Open tem à sua disposição um dos maiores centros de pesquisa e tecnologia na América Latina, centenas de pesquisadores altamente especializados, modernos laboratórios instalados em mais de 150 mil metros quadrados de área construída, e equipamentos para pesquisas de ponta acessíveis aos parceiros. São múltiplas competências que, articuladas com outros entes do ecossistema, permite a resolução dos problemas complexos que se colocam para quem empreende em base tecnológica, nacional e internacionalmente.

“A maior iniciativa de inovação *hardtech* da América Latina”



Modelos de adesão

Hub de Inovação

Busca potencializar a geração de negócios de alto impacto em projetos *hardtech*, por meio de eventos, capacitações, parcerias e ações de promoção de novas tecnologias;

Centro de Inovação

Permite a instalação de laboratórios próprios de empresas dentro do campus do IPT, com foco na aceleração de desenvolvimentos e na potencial redução de riscos das mais diversas tecnologias.

Diferenciais | A cultura de inovação aberta propicia o convívio colaborativo em um ambiente que privilegia a troca de ideias e a concepção de projetos para criar novas tecnologias *hardtech*. Nossos times trabalham conjuntamente com os empreendedores e empresas na articulação e desenho de projetos, avaliando não apenas requisitos técnicos, mas também oportunidades de fomentos, editais, incentivos fiscais, parcerias estratégicas e outros recursos habilitadores para o sucesso de cada iniciativa, tudo em conjunto com uma rede de parceiros, públicos e privados, que amplia a oferta de infraestrutura para pesquisa.

mais informações
iptopen@ipt.br

Fomento

O IPT trabalha com os diversos incentivos à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) disponíveis no país, sejam eles recursos reembolsáveis ou não reembolsáveis, obrigações legais e incentivos fiscais. A parceria do Instituto com os órgãos de fomento e empresas reduz o risco e o investimento no desenvolvimento de projetos em PD&I.

Incentivos Fiscais | São os benefícios concedidos pelo governo para estimular determinadas atividades econômicas. O IPT desenvolve projetos de PD&I com empresas que se beneficiam dos incentivos da Lei do Bem, da Lei da Informática e de programas como o Rota 2030. Neste programa o Instituto é coordenador técnico da Linha IV – Ferramentarias brasileiras mais competitivas. Este programa visa o desenvolvimento tecnológico, a competitividade, a inovação, a segurança veicular, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade na cadeia automotiva.

Recursos Reembolsáveis | Podem ser acessados diretamente pelas empresas por meio de órgãos governamentais como Finep e BNDES, que disponibilizam diversas linhas de financiamento por chamadas específicas ou por editais de fluxo contínuo. Têm juros reduzidos e carências ampliadas.

Recursos Não Reembolsáveis | São oferecidos por instituições como Finep, Fundações de Amparo à Pesquisa (a exemplo da Fapesp) e Embrapii. Algumas oportunidades são feitas por chamadas específicas, enquanto outras são de fluxo contínuo como é o caso da Embrapii.



Embrapii | O IPT atua com esta instituição desde sua criação e hoje conta com duas Unidades Embrapii:

- IPT-MAT – Materiais de Alto Desempenho
- IPT-BIO – Desenvolvimento e Escalonamento de Processos Biotecnológicos

A parceira IPT-Embrapii já resultou em mais de uma centena projetos, que somam cerca de **R\$180 milhões** e mais de **60 empresas** apoiadas.

Finep | Aqui os projetos podem ser desenvolvidos por meio de atendimento a editais e chamadas, ou por programas específicos. O IPT, por exemplo, é laboratório credenciado na Rede de Nanomateriais e Nanocompósitos e na Rede de Nanodispositivos e Nanossensores, ambas do SibratecNano (Centros de Inovação em Nanotecnologia). Também somos credenciados no Finep Conecta, que tem como objetivo estimular a cooperação entre empresas e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), levando conhecimento nelas gerado para as empresas brasileiras. Promove maior alinhamento dos objetivos da ciência nacional às demandas empresariais, elevando os dispêndios em P&D e incentivando projetos de maior risco tecnológico.

Fapesp | Atualmente o IPT desenvolve diversos projetos com esta instituição, sendo que parte deles compõem o Plano de Desenvolvimento Institucional em Pesquisa (PDIP). A Fapesp oferece programas de bolsas, subvenção econômica e chamadas para projetos de PD&I. O IPT também é contratado por empresas para atuar como parceiro em projetos Fapesp.

Energia | Empresas que atuam nos setores de energia, petróleo, gás natural e biocombustíveis devem atender a obrigatoriedade legal de investimento em PD&I, conforme normas ANEEL e ANP. O IPT desenvolve projetos de novas tecnologias e suas aplicações utilizando recursos dessas obrigações legais.

Startups | Vale destacar parcerias do IPT com o Sebrae em programas para startups, como o DeepCamp e o DeepLab, e com o IEL no Inova Talentos.

Sua empresa | Precisa de apoio no desenho de projetos que busquem acesso às linhas de fomento? Nossos times podem apoiar nessa jornada! Além dos workshops realizados regularmente por meio das iniciativas do IPT Open, especialistas experientes estão sempre prontos para responder as suas dúvidas.

mais informações
negocios@ipt.br



Núcleos Tecnológicos

São estruturas embrionárias que abrigam novas competências técnicas, atendendo demandas da sociedade em áreas estratégicas e inovadoras. Mantêm parceria com unidades de negócios do IPT e atores externos.



O Núcleo de Sustentabilidade e Baixo Carbono do IPT foi criado com o objetivo de desenvolver novas competências relacionadas à sustentabilidade, economia circular, mercado de baixo carbono e orientação de responsabilidade socioambiental. Atua em conjunto com as demais unidades de negócios, com o olhar para novos bionegócios cujas oportunidades envolvem a transformação de recursos naturais em ativos, sem abrir mão do respeito integral à cadeia ambiental.



O Núcleo de Tecnologias Avançadas para Bem-Estar e Saúde Aplicados às Ciências da Vida foca o desenvolvimento de projetos, para melhoria da qualidade de vida e bem-estar da sociedade, a partir de tecnologias inovadoras e com base na interconexão do tripé saúde humana, animal e ambiental. Uma das primeiras pesquisas abrigadas pelo núcleo conecta-se ao projeto 'Sistematização do método de xenotransplante no Brasil', com diversos parceiros e foco na viabilização clínica da técnica.



Ampliando a atuação nacional, o novo núcleo IPT Amazônia em Manaus tem por missão propor soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável regional, em parceria com instituições locais. Atua em projetos de PD&I, serviços tecnológicos, ensaios, análises, capacitação e novos negócios. Os principais objetivos são fortalecer as cadeias produtivas da bioeconomia, aumentar a competitividade do Polo Industrial de Manaus e apoiar demandas de governos da região.

Infraestrutura



- São Paulo
- São José dos Campos
- Franca
- Manaus



Maquina de deposição de fitas para materiais compósitos

A moderna infraestrutura das oito unidades de negócios, com uma série de equipamentos únicos na América Latina, permite ao IPT atuar de modo multidisciplinar, contemplando os mais diversos segmentos como energia, transportes, petróleo & gás, meio ambiente, construção civil, cidades, saúde e segurança.



Câmara anecóica para estudos de interferência eletromagnética



Sala limpa para microfabricação de componentes

IPT

Instituto de Pesquisas Tecnológicas



www.ipt.br



[/school/iptsp](https://www.linkedin.com/school/iptsp)



[ipt_oficial](https://www.instagram.com/ipt_oficial)

(11) 3767-4102 / 4456 / 4091 | ipt@ipt.br

ipt

INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS



INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS



Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT

CNPJ/MF: 60.633.674/0001-55

Demonstrações Contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Conteúdo:

- Relatório dos Auditores Independentes Russel Bedford sobre as Demonstrações Contábeis
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração de Valor Adicionado
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
**Administração e aos Conselheiros do
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
S.A. – IPT
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes aos Períodos Anteriores

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentado para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós, com emissão de relatório sem modificação, em 10 de fevereiro de 2023.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2024.02.08 10:26:50 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

ELIANE TANIA RESMINI:65073061004
Assinado de forma digital por ELIANE TANIA RESMINI:65073061004
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=01579286000174, ou=presencial, cn=ELIANE TANIA RESMINI:65073061004
Dados: 2024.02.08 15:53:53 -03'00'

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR		PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR	
	N.E.	31/12/2023	31/12/2022			N.E.	31/12/2023	31/12/2022	
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.273	37.950		Fornecedores		4.699	4.846	
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	4.805	4.186		Arrendamento mercantil - Dir. de Uso	10	1.492	1.420	
Contas a receber	5	4.577	4.582		Receitas à realizar	2.19	285	285	
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		182	1.021		Salários a pagar e encargos a recolher		6.471	6.145	
Impostos antecipados e a recuperar	7	2.894	3.328		Impostos e contribuições a recolher	11	3.712	12.844	
Estoques	2.7	525	500		Adiantamento de clientes		745	790	
Despesas pagas antecipadamente		145	56		Obrigações a pagar - férias e encargos		14.536	13.863	
Depósitos compulsórios		276	173		Parcelamentos fiscais	11	3.701	1.381	
Outros valores a receber	2.19	318	31		Subvenções governamentais-agencias de fomento	12	9.277	7.935	
					Outras obrigações		222	170	
Total do Ativo Circulante		48.995	51.827		Total do Passivo Circulante		45.140	49.679	
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo		2.711	3.550		Parcelamentos fiscais	13	11.017	5.295	
Imobilizado	8	157.375	148.601		Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento	14	32.316	32.335	
Intangível	9	1.382	1.408		Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	23.437	21.744	
Total do Ativo Não Circulante		161.468	153.559		Provisão para dissídio coletivo	15	8.323	5.517	
					IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	16	1.606	1.703	
					Receitas à realizar		285	570	
					Arrendamento mercantil - Dir. de Uso		684	991	
					Total do Passivo Não Circulante		77.668	68.155	
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17			
					Capital social		289.534	288.354	
					Reservas de capital		9.382	9.382	
					Reservas de lucros		264	264	
					Recurso para aumento de capital		13.539	1.180	
					Prejuízos acumulados		(225.064)	(211.628)	
					Total do Patrimônio Líquido		87.655	87.552	
TOTAL DO ATIVO		210.463	205.386		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		210.463	205.386	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
		01/01/2023	01/01/2022
		A	A
		31/12/2023	31/12/2022
	N.E.		
Receita de serviços e produtos		49.680	50.646
Subvenção econômica - GESP		106.095	100.508
Subvenção econômica - Fomento	6	23.398	28.498
Receita de doação de bens - Fomento	14	3.983	3.170
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		183.156	182.822
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(6.731)	(6.951)
Devoluções e cancelamentos		(88)	(126)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		176.337	175.745
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	20a	(127.059)	(138.837)
LUCRO BRUTO		49.278	36.908
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20b	(42.388)	(52.601)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE		(2.697)	(1.704)
Serviços de terceiros		(12.414)	(10.161)
Depreciações e amortizações		(2.648)	(1.831)
Provisões diversas	20c	(5.815)	2.854
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		2.308	3.187
		(63.654)	(60.256)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(14.376)	(23.348)
Receitas financeiras		4.982	4.513
Despesas financeiras		(4.138)	(1.007)
RESULTADO FINANCEIRO		844	3.506
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(13.532)	(19.842)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(13.532)	(19.842)
* Por lote de mil ações do capital social final		-0,05	-0,07

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876

Assinado de forma digital por
FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876
Dados: 2024.02.27 14:35:57 -03'00'
FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

		<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
		01/01/2023 A 31/12/2023	01/01/2022 A 31/12/2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(13.532)	(19.842)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.19	<u><u>(13.532)</u></u>	<u><u>(19.842)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876
Assinado de forma digital por
FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876
Dados: 2024.02.27 14:37:00 -03'00'
FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	288.197	9.382	264	156	(191.882)	106.117
Aumento de capital	156	-	-	(156)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	1.180	-	1.180
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91	-	-	-	-	96	96
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(19.842)	(19.842)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	288.354	9.382	264	1.180	(211.628)	87.552
Aumento de capital	1.180	-	-	(1.180)	-	-
Recurso para aumento de capital	-	-	-	13.539	-	13.539
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91	-	-	-	-	96	96
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(13.532)	(13.532)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	289.534	9.382	264	13.539	(225.064)	87.655

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876

Assinado de forma digital por
FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876
Dados: 2024.02.27 14:36:30 -03'00'

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

	<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL	(13.532)	(19.842)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Depreciação/Amortização	11.996	9.870
Demais Provisões	5.761	(2.869)
Provisão/Reversão para perdas de créditos	54	15
Subtotal	4.279	(12.826)
Variações no Ativo Circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	(619)	1.994
Contas a receber	5	1.459
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	839	(128)
Impostos antecipados e a recuperar	434	1.123
Estoques	(25)	(164)
Despesas pagas antecipadamente	(89)	(13)
Depósitos compulsórios	(103)	-
Outros valores a receber	(287)	280
Subtotal	155	4.551
Variações no Passivo Circulante		
Fornecedores	(147)	1.560
Arrendamento Mercantil	(235)	264
Receitas a realizar	(285)	(284)
Salários a pagar e encargos a recolher	326	687
Impostos e contribuições a recolher	(9.132)	9.333
Adiantamento de clientes	(45)	3
Obrigações a pagar - férias e encargos	673	1.704
Subvenções governamentais - agências de fomento	1.342	(2.292)
Realização de provisões	(1.316)	(750)
Outras obrigações	52	(25)
Subtotal	(8.767)	10.200
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4.333)	1.925
Atividades de Investimento		
Aumento do realizável a longo prazo	839	23
Aquisição de bens do imobilizado	(16.772)	(8.825)
Baixas de bens do imobilizado e intangível	598	1.454
Aumento de Capital	1.180	156
Doações recebidas em bens	(4.272)	(4.707)
Adição de intangível	(299)	(1.548)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(18.726)	(13.447)
Atividades de Financiamento		
Parcelamentos	8.042	(522)
Outras exigibilidades	(19)	1.100
Recursos para Aumento de Capital	12.359	1.024
Caixa líquido aplicada nas atividades de financiamento	20.382	1.602
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.677)	(9.920)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	37.950	47.870
No final do exercício	35.273	37.950
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.677)	(9.920)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(EM MILHARES DE REAIS)

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	01/01/2023	01/01/2022
	A	A
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	185.343	185.869
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	49.592	50.520
Outras Receitas	135.805	135.364
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	(54)	(15)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(137.196)	(146.366)
Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	(122.163)	(133.593)
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(13.845)	(11.681)
Outros	(1.188)	(1.092)
Valor Adicionado Bruto	48.147	39.503
Retenções	(2.648)	(1.831)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.648)	(1.831)
Valor Adicionado Líquido Produzido	45.499	37.672
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.981	4.514
Receitas Financeiras	4.981	4.514
Valor Adicionado Total a Distribuir	50.480	42.186
Distribuição do Valor Adicionado	50.480	42.186
Pessoal	45.466	45.794
Remuneração Direta	22.382	21.305
Encargos Sociais	10.402	12.649
FGTS	6.837	7.158
Benefícios	5.845	4.682
Impostos, Taxas e Contribuições	8.626	18.094
Federais	4.828	4.917
Estaduais	26	94
Municipais	3.772	13.083
Remuneração de Capitais de Terceiros	9.920	(1.860)
Juros	4.138	1.007
Outros	5.782	(2.867)
Remuneração de Capitais Próprios	(13.532)	(19.842)
Prejuízo do Exercício	(13.532)	(19.842)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876
Assinado de forma digital por
FRANCISCO SOUTO
OUTEDA:03087619876
Dados: 2024.02.27 14:34:44 -03'00'
FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 A companhia

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas é uma empresa pública do Estado de São Paulo que tem como missão criar e aplicar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida de todos os cidadãos paulistas e brasileiros. Está constituída na forma de sociedade anônima tendo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo como seu acionista majoritário. É dependente do Estado de São Paulo por receber dotação orçamentária governamental como parte de seus recursos para operação e possui personalidade jurídica de direito privado.

O IPT em 2023 completou 124 anos de existência e desde sua fundação como gabinete de resistência dos materiais na Universidade de São Paulo atua prestando apoio tecnológico a parceiros privados e públicos. Sua organização atual está voltada para operar em oito áreas: Materiais Avançados, Energia, Bionanotecnologia, Tecnologias Digitais, Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente, Habitação e Edificações, Tecnologias Regulatórias e Metrológicas e Ensino Tecnológico.

Atualmente destaca-se entre os Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT) do ecossistema de inovação do Brasil como uma das maiores e mais completas infraestruturas laboratoriais que conta com mais de 100 mil m² para desenvolvimento de projetos multidisciplinares.

O Instituto conta com mais de 1.000 empregados e colaboradores que trabalham diariamente nos seus campi em São Paulo, Franca, São José dos Campos e, recentemente integrado à empresa a operação em Manaus.

Atua com serviços de pesquisa, desenvolvimento & inovação; serviços tecnológicos; Análises, Ensaio, Calibrações e Medições; Produção de Materiais de Referência; Atividades de Educação e Programas de Inovação Aberta.

A localização do IPT é um privilégio por ser um dos maiores centros de produção de conhecimento do país e da América Latina congregando em seu entorno a USP, Instituto Butantã, IPEN, Instituto da Marinha, Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico ambas do Estado de São Paulo além de outras Instituições e empresas que se voltam para geração de produtos e serviços baseados em conhecimento que impactam de maneira significativa a forma de viver das pessoas e a organização da sociedade.

1.2 A Operação

O ano de 2023 foi marcado como o primeiro ano em que os efeitos diretos da pandemia não se mostraram intensamente presentes. Essa tendência aliada a uma preocupação permanente, e cada vez mais intensa, com efeitos das mudanças climáticas, além dos impactos internacionais intensos pela Guerra da Ucrânia e mais recentemente o conflito de Israel em Gaza, direciona para uma busca por sustentabilidade no desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, colocando algumas questões de extrema relevância na pauta da Ciência e da Tecnologia (C&T) como: a disponibilidade de energia sustentável e limpa, segurança, saúde, intensificação da busca por soluções em economia circular, e o desenvolvimento de soluções (fármacos, vacinas e terapias) que protejam a vida humana e animal. Estas são algumas das agendas que tem impactado países e diversas instituições. Para o IPT o movimento não tem sido diferente.

A temática ESG está na pauta central da estratégia do Instituto. Em 2023 esse enfoque é priorizado para desenvolver projetos que atendam aos anseios da sociedade respondendo para seus gargalos e necessidades (pesquisa voltada à missão) com responsabilidade ambiental, social e atendendo a elevados preceitos de governança.

Projetos de grande impacto iniciaram sua implantação em 2023 influenciados também pelos movimentos que estão afetando toda comunidade internacional, valendo alguns destaques:

Na área da saúde o ano foi marcado pelo investimento para construção do NUTABES (Núcleo de Tecnologias Avançadas para Saúde e Bem-estar aplicado às Ciências da Vida) que desenvolverá projetos na área da saúde ambiental, humana e animal, sendo uma das áreas de destaque a construção da Pig Facility que abrigará a produção de órgãos suínos para realizar xenotransplantes e assim zerar a fila de pessoas à espera de órgãos. A construção se iniciou em 2023 e está prevista para finalização em 2024.

O Instituto também criou o NUSCARBON (Núcleo de Sustentabilidade e Baixo Carbono) com objetivo de operar métricas de emissões de carbono, gerar projetos de economia circular entre outras temáticas de sustentabilidade.

Na área energética o IPT iniciou projeto de geração de hidrogênio verde utilizando fonte fotovoltaica e já obteve em bancada as primeiras produções do combustível.

Esses esforços estão sendo sementes relevantes que iniciaram operação em 2023 e que tem potencial de crescimento para os próximos anos.

O ano de 2023 também foi marcado pela concretização do esforço de ampliação geográfica das operações do Instituto com a abertura de filial em Manaus e a consolidação da parceria com a Fundação da Universidade Estadual do Amazonas (FUEA) voltada para operacionalizar o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) que visa gerar projetos que valorizam a rica biodiversidade daquela região.

Outro destaque do ano é o programa de inovação aberta denominado IPT *Open* que vem atraindo empresas que queiram operar seus centros de inovação a partir de infraestrutura sediada no campus do Instituto. O ano finalizou com as empresas GranBio, Inteli, Cecil, V2Com com seus escritórios/laboratórios

em operação no campus, e com a assinatura do contrato com Google que iniciará obra para adequação das instalações do prédio 1 que irá abrigar o Centro de Engenharia Google no campus.

Outros parceiros que possuem espaços dedicados no IPT *Open* são a LENOVO que mantém diversos projetos de inovação em parceria com o Instituto, e a Gerdau que mantém projeto para aplicação da tecnologia em grafeno para diversos setores.

O programa também coordena diversos projetos de inovação, operando em parceria com o Sebrae para acelerar 83 startups. Além disso, em colaboração com o IEL, conduz o programa de bolsas de inovação, o qual envolveu 745 bolsistas no desenvolvimento de projetos inovadores em empresas, contribuindo assim para a retenção de talentos no país.

As parcerias da área pública representam um terço em termos de recursos de projetos, mas apresentam uma grande longevidade na cooperação com o Instituto, destacando a relação com a Associação Paulista de Municípios, Defesa Civil, Ministério Público do Estado de São Paulo, Instituto Legislativo Paulista e o suporte aos Municípios e Arranjos Municipais.

O resultado econômico do Instituto apresentou uma significativa melhoria no ano de 2023, embora ainda apresente prejuízo. O resultado passou de prejuízo de R\$ 19,8 milhões em 2022 para prejuízo de R\$ 13,5 milhões em 2023. Esse resultado é decorrente da operação de mais de 180 projetos e 1.950 ensaios e análises, sendo 73 os novos projetos que foram abertos durante o ano. Em grande medida esse resultado é derivado pela intensa parceria com clientes de grande porte que investem em inovação decorrentes de obrigatoriedade de investimento em P&D como os setores de Tecnologia da Informação e Óleo e Gás. Além disso, outra importante fonte para obtenção de parceiros para o Instituto é a possibilidade de operar fomento Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial e Inovação). O IPT continua figurando como uma das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) de referência entre a rede que opera pela Embrapii, desenvolvendo projetos nas áreas de materiais avançados e escalonamento de processos biotecnológicos.

A receita da Instituição é composta por duas principais fontes: dotação advinda do governo do Estado de São Paulo e projetos com o mercado. No ano de 2023 a dotação sofreu corte de repasse da rubrica de custeio que ensejou diminuição de R\$ 6,9 milhões frente ao que estava aprovado e as receitas próprias tiveram queda frente a 2022 de R\$ 6 milhões. Porém o lucro bruto ampliou em mais de 30% resultado do menor custo do serviço prestado com destaque para menor gasto com a rubrica de pessoal que é o item de maior peso das contas do Instituto.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício

findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram divulgadas em 10 de fevereiro de 2023 e devem ser lidas em conjunto.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2023 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação.

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de elaboração e apresentação das informações anuais

a) Apresentação das Informações anuais

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

b) Continuidade operacional

A administração avaliou a capacidade do IPT em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração do IPT não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4 Aplicações Financeiras – Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta de subvenção governamental-agência de fomento.

2.5 Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio do resultado – São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “Receitas Financeiras” no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de “Subvenções Governamentais-Agências de Fomento” Recebíveis – Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do departamento financeiro e no histórico de recebimentos e garantias existentes. Além disso, não há expectativas de perdas adicionais significativas.

2.7 Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, não considerando o valor residual. nota explicativa nº 8.

Entende-se como vida-útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, expectando geração de benefícios econômicos, ou quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com “ativos semelhantes”.

O IPT como empresa pública, tem em seu patrimônio bens que entraram através de projetos de fomento com finalidades específicas em inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metrológico, informação e educação em tecnologia. Os bens são construídos de forma a atender as necessidades especiais do instituto como empresa prestadora de serviços e ao final da vida útil sendo constatado que não tenha utilidade para o instituto, esses bens que não são considerados comuns poderão ser destinados ao Fundo de Solidariedade do GESP - FUSSESP.

As novas taxas de depreciação e de amortização do intangível foram determinadas com base no valor residual e do tempo de vida útil remanescente dos bens, conforme estabelecido na NBC TG 27(R4), correlação com o IAS 16 (IASB). Essas novas taxas de depreciação e amortização societária foram reconhecidas contabilmente, conforme preceitua o ICPC 10, item 30 e o CPC 23, itens 32 a 38. Esse trabalho

foi viabilizado por laudo técnico emitido pela Factum - Avaliações e Consultoria S/S após avaliação de 23.307 itens pertencentes aos bens do ativo imobilizado do instituto.

Este laudo está em consonância com a NBR 14653, partes 1 e 5 prescritas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e também segue os preceitos do IFRS (*International Financial Reporting Standards*), ASA (*American Society of Appraisers*) e SFAS (*Statement of Financial Accounting Standards*).

O IPT no período contábil de novembro/21 efetuou a apuração e contabilização da depreciação e a amortização societária.

Antes do processo de registro, a contabilidade do instituto efetuou exaustivas análises em conjunto com especialistas externos na matéria, buscando a interpretação e o entendimento da aplicação das normas vigentes para ter a segurança necessária de que as demonstrações contábeis estejam aptas para a sua aprovação pelos órgãos fiscalizadores internos e externos. Dessa forma, foram concluídos e aplicados os métodos conforme as Interpretações Técnicas: ICPC 10(item nº 30)¹ - Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 e também o CPC 23(itens de nº 32 à 38)² - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em relação a mudança de estimativas contábeis geradas pela nova vida útil daqueles bens.

2.9 Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos. nota explicativa nº 9.

2.10 Provisão para perdas por *Impairment* em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indício de perda do valor recuperável (*Impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar do seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como "*Impairment Test*", apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01(R4) de 22 de dezembro de 2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05(cinco) anos de

atividades do IPT e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da apólice de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2023.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do Instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) – Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de reconhecimento de perda adicional nas demonstrações financeiras.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12 Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

o Geral

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

- **Provisões para demandas judiciais**

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do IPT. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.13 Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.15 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado. conforme nota explicativa nº 16.

2.16 Arrendamento Mercantil – IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados no prazo do arrendamento mercantil.

O IPT tem contratos que se enquadram na norma aplicada aos arrendamentos, e foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. nota explicativa nº 10.

2.17 Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.18 Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem ou serviço a ser entregue, a entidade deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pelo IPT através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação. As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

2.19 Reconhecimento da Receita à Realizar

O IPT divulgou ao mercado a possibilidade de instalação de centros de inovação em sua sede através do Programa IPT *Open*, tornando-se um novo pilar de atuação. Foram realizados contratos de compartilhamento de instalações com a finalidade de desenvolver projetos e aplicação de novas tecnologias com as entidades. Este compartilhamento realizado através de instrumento contratual tem a previsão de contrapartida financeira mensal.

2.20 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

O IPT não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro/(Prejuízo) Líquido dos períodos apresentados.

2.21 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme às IFRS.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	230	19
Aplicações financeiras	35.043	37.931
	35.273	37.950
<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Sistema de Administr. Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	21.710	23.675
Fundos de investimento em renda fixa	13.333	14.256
	35.043	37.931

O saldo da aplicação financeira no SIAFEM tem como origem a transferência de recursos do Banco do Brasil e são remunerados pela taxa aplicável aos fundos de renda fixa.

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações financeiras vinculadas	4.805	4.186
	<u>4.805</u>	<u>4.186</u>

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por agências de fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica “Subvenções Governamentais – Agência de Fomento”, e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

O IPT possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação da liberação do crédito ocorre por meio de análise cadastral, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos; informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações e garantias apresentadas (conforme relevância da operação).

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber	5.147	5.115
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(570)	(533)
	<u>4.577</u>	<u>4.582</u>

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022.

No período de 12 meses a taxa de inadimplência ficou em 1,33%, demonstrando a correta aplicação dos processos de recuperação de créditos juntos aos clientes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	3.961	3.844
De 1 a 30 dias	558	702
De 31 a 60 dias	58	36
De 61 a 90 dias	30	34
Há mais de 91 dias	540	499
	<u>1.186</u>	<u>1.271</u>
	<u>5.147</u>	<u>5.115</u>

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O IPT possui junto à Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – FIPT, um termo de Cooperação Técnico-Científica, que objetiva “O planejamento e a execução, por parte da FIPT e do IPT, de programas de cooperação técnico-científica, envolvendo atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação, transferência de tecnologia, cursos de pós graduação, cursos de extensão e capacidade técnica, programas de estágio, treinamento e outras atividades relacionadas com suas respectivas áreas de competência e especialização.” O documento prevê, dentre outros itens, que o IPT será o executor técnico do projeto enquanto a FIPT fará a gestão administrativa e financeira dos recursos.

A FIPT atende aos requisitos da Lei de Inovação Paulista complementar nº 1.049/2008 e do Decreto Estadual nº 62.817/2017, e está credenciada junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, como Fundação de Apoio ao IPT.

A FIPT e o IPT se uniram em parceria, pelo regime universal de benefícios para o IPT. Tal união deu-se por vontade dos instituidores da FIPT, declarada na ata da reunião de sua instituição, na qual, os instituidores, livre e soberanamente, aprovaram, pela unanimidade de votos, o ato constitutivo da entidade, com a alcunha de Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – FIPT. Isso se deu,

exatamente para a FIPT, a partir de sua vinda, ao mundo jurídico, colaborar, auxiliar, fomentar o IPT. Assim o faz nos exatos termos dispostos em seu Estatuto.

A administração superior da FIPT cabe ao Conselho Curador, que é o seu órgão normativo e deliberativo superior. Este Conselho é composto por 09 (nove) membros, sendo o Diretor Presidente do IPT, membro nato e presidente do conselho Curador da FIPT, 03 (três), indicados pelo Conselho de Administração do IPT, destes, 01 (um) pertencente de quadro efetivo de instituições de Ensino superior ou de pesquisas do Estado de São Paulo e os outros dois, oriundos da sociedade civil, especificamente, do segmento empresarial. Os outros 05 (cinco) indicados dentre os pesquisadores da carreira de nível Universitário em exercício no quadro efetivo do IPT, há no mínimo, 05 (cinco) anos.

A Diretoria Executiva da FIPT é constituída de 03 (três) membros oriundos do quadro efetivo do IPT, com as seguintes funções: Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Adjunto. Todos eles escolhidos pelo Conselho Curador.

Na execução do plano de trabalho dos projetos firmados no âmbito do termo de cooperação, a FIPT na qualidade de gestora de todos os recursos que remunerem o objeto das propostas de trabalho acordadas, cuida para que os recursos sejam destinados para o ressarcimento, na forma que o IPT determinar, dos custos do IPT.

Em 2023, o valor repassado pela FIPT ao IPT foi de R\$ 22.734 e R\$ 25.217 em 2022. Esses valores representam o ressarcimento dos custos incorridos pelo IPT na execução das propostas de trabalho acordadas com a FIPT, registrados no grupo de receitas de agência de fomento (dre).

7. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS a Compensar	171	115
PASEP a Compensar	76	62
Contribuição Social a Compensar	899	629
Imposto de Renda a Compensar	367	1.171
IRRF sobre Aplicações Financeiras	396	380
IRRF a Compensar	983	919
INSS a Compensar	-	50
ISS a Compensar	2	2
	<u>2.894</u>	<u>3.328</u>

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa Anual De Depreciação	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	37.283	-	37.283	37.283	-	37.283
Edifícios e Benfeitorias	2% a 50%	92.776	(51.612)	41.164	92.776	(50.020)	42.756
Máq. e Equipamentos	2% a 50%	192.263	(161.236)	31.027	189.161	(157.090)	32.071
Instalações	2% a 50%	21.905	(15.973)	5.932	17.421	(15.587)	1.834
Equipamentos de T.I.	5% a 50%	20.246	(14.105)	6.141	17.554	(13.105)	4.449
Instrumentos Diversos	6,67% a 50%	371	(364)	7	375	(365)	10
Veículos	5% a 50%	4.166	(3.697)	469	4.166	(3.537)	629
Móveis e Utensílios	4% a 50%	9.062	(7.828)	1.234	8.567	(7.539)	1.028
Outras imobilizações		32.528	(11.042)	21.486	30.924	(10.264)	20.660
Imobilizado em Andamento		10.458	-	10.458	5.437	-	5.437
Direito de Uso – Maqs. e Equipamentos		4.484	(2.310)	2.174	3.177	(733)	2.444
Total do Imobilizado		425.542	(268.167)	157.375	406.841	(258.240)	148.601

9. INTANGÍVEL

a) Movimentação intangível

CONTA	<u>AQUISIÇÕES</u>	<u>TRANSE.</u>	<u>BAIXAS</u>	<u>SALDO EM</u> 31/12/2023	<u>SALDO EM</u> 31/12/2022
1.2.5.01.001 - MARCAS E PATENTES	34	0	0	772	738
1.2.5.01.002 - SOFTWARES	260	0	0	3.661	3.401
1.2.5.01.003 - SOFTWARES – DOAÇÃO	0	0	0	1.611	1.611
1.2.5.01.004 - MARCAS E PATENTES EM ANDAMENTO	4	0	0	32	28
TOTAL INTANGÍVEL	298	0	0	6.076	5.778
AMORTIZAÇÃO					
1.2.5.30.001 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(268)	0	0	(2.565)	(2.297)
1.2.5.30.002 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - DOAÇÃO SOFTWARE	(56)	0	0	(1.450)	(1.394)
1.2.5.30.003 - (-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - MARCAS E PATENTES	(0)	0	0	(679)	(679)
TOTAL AMORTIZAÇÃO	(324)	0	0	(4.694)	(4.370)
SALDO	(26)	0	0	1.382	1.408

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL – NBC TG 06 (R3) – (IFRS 16)

O IPT analisou os contratos de prestação de serviços que possuem características de Arrendamento Mercantil, conforme conceitua a NBC TG 06 (R3), correlação com o IFRS 16.

Para determinar se um contrato constitui arrendamento, o IPT avaliou se os contratos mantidos identificam um ativo e se tem o direito de aproveitar todos os benefícios econômicos obtidos do uso desse ativo.

De acordo com a nova sistemática da norma, todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, são reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente.

Quanto ao resultado, o impacto será notado pela redução anual na rubrica de custos/despesas de serviços de que passará a ser reconhecida como depreciação e despesa financeira de juros, de acordo com o cálculo individualizado dos contratos.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ISS	206	187
PASEP e COFINS	347	338
IRRF - Terceiros e Funcionários	2.943	2.778
COFINS - Retenção	105	111
PASEP - Retenção	23	24
IPTU – Adicional (a)	0	9.313
IPTU (b)	0	0
Outros	88	93
Total de Impostos e Contribuições à recolher	<u>3.712</u>	<u>12.844</u>
Parcelamentos Fiscais – Municipal – P.P.I. + P.A.T.	<u>3.701</u>	<u>1.381</u>
	<u>7.413</u>	<u>14.225</u>

(a) Está sendo mencionado nesta nota explicativa, o valor de IPTU-Adicional dos exercícios entre 2017 a 2022 em decorrência de processo de regularização, junto a Prefeitura do Município de São Paulo, das áreas construídas no imóvel do IPT. Foi realizado o reconhecimento contábil do valor mencionado levando a resultado no mês de dezembro de 2022. Em fevereiro de 2023 o IPT formalizou a adesão ao parcelamento administrativo de débitos tributários (PAT).

(b) O IPT apresentou junto a Prefeitura de São Paulo o processo de autodeclaração de imunidade tributária referente ao IPTU. A Declaração de Imunidade Tributária permitirá à entidade enquadrada na alínea “c” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal o desempenho de suas atividades na qualidade de imune perante o Município de São Paulo. Dessa forma, as parcelas com vencimento em setembro, outubro e novembro de 2023 foram canceladas. Os valores cancelados estão reconhecidos no balanço como provisão até o encerramento do processo por parte da Prefeitura de São Paulo.

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS – AGÊNCIAS DE FOMENTO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
FEHIDRO	1.901	1.778
FINEP	0	7
CNPQ	126	126
EMBRAPII	51	51
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	1.916	2.285
PROJETO HIDROGÊNIO VERDE	2.002	0
Outros	3.281	3.688
	<u>9.277</u>	<u>7.935</u>

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	<u>ISS</u>	<u>IPTU</u>	<u>IPTU- adicional</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo em 31/12/2022	4.465	830	-	<u>5.295</u>
Saldo em 31/12/2023	3.733	695	6.589	<u>11.017</u>

- (a) Em 16 de outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos do IPTU inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 1996 a 1999 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.
- (b) Em 24 de outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos de ISS inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 2006 a 2008 e 2011 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.
- (c) Em 2023 foi realizada a adesão ao parcelamento do IPTU-adicional-2017 à 2021(P.A.T.).

14. OUTRAS EXIGIBILIDADES – RECEITA DE DOAÇÃO – AG. DE FOMENTO – NBC TG 07 (R2)

Está sendo mencionado nesta nota explicativa, às particularidades atinentes às transações contábeis das doações e subvenções feitas pelas Agências de Fomento (Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, entre outras instituições), para o incentivo e o

desenvolvimento de projetos de P&D, mediante a celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com o Instituto.

Na linha do Balanço Patrimonial Outras exigibilidades – Receita de doação – Ag. de Fomento (Não Circulante), estão contabilizados os valores pertencentes aos ativos recebidos em doação, que com o tempo sofrerão a depreciação registrada a débito desta conta amortizando o valor principal do bem recebido em doação.

A linha de Subvenções Governamentais – Agências de Fomento (Passivo Circulante) está intrinsicamente relacionada com a linha de Outras Exigibilidades (Passivo Não Circulante).

O roteiro específico contábil das mencionadas doações e subvenções, que seguem os ditames da Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual determina à respectiva contabilização diretamente como receita no resultado, está na seguinte conformidade: no caso de recebimento de equipamentos (imobilizado depreciable), mesmo que já sob sua propriedade, por ter cumprido todas as condições, a companhia não poderá reconhecer a receita imediatamente no resultado, tendo em vista que eles provocarão depreciações no futuro. Assim, a apropriação à receita dar-se-á paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais ativos. Esse crédito ao resultado poderá ser feito na forma de receita ou mesmo como redução de despesas de depreciação.

Na medida em que os projetos de fomento vão sendo finalizados e os itens comprados com recursos dessa origem são doados ao IPT, aplica-se o roteiro de contabilização no grupo do Balanço de Outras exigibilidades – Receita de doação – Ag. de Fomento (Não Circulante), em contrapartida do aumento do ativo imobilizado, tendo em vista que o instituto não se valeu de recursos próprios para a aquisição de tais bens, os quais, repise-se, não poderão ser registrados como uma receita de doação, de acordo com a Lei federal nº 11.638/07.

Partindo-se do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras exigibilidades – Receita de doação – Ag. de Fomento (Não Circulante) não representam dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas (1)	13.735	13.585
Cíveis (1)	5.442	5.442
Fiscais e tributários	88	88
Indenizações contratuais	201	201
Provisão – descontaminação - Jaguaré-S.P. (2)	1.835	2.428
Provisão para IPTU – pedido de imunidade	2.136	0
Provisão para dissídio coletivo (3)	8.323	5.517
	<u>31.760</u>	<u>27.261</u>

- (1) Trabalhistas e cíveis referem-se a riscos para os quais a administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.
- (2) O IPT no exercício de 2021 ofereceu autodenúncia para Cetesb relatando o desenvolvimento do projeto de descontaminação do terreno ocupado pela sua antiga filial-Jaguaré-S.P., conforme o processo CETESB nº 046357/2021-77. O IPT efetuou o registro de provisão para gastos futuros baseado nas estimativas apresentadas pela diretoria executiva. A obra está em andamento.
- (3) Em 14/10/2021 o IPT foi intimado através de acórdão onde a ação foi julgada parcialmente procedente tendo como adverso o Sindicato de trabalhadores em Atividades de Pesquisa, Des. Cie. e Tecnologia. O IPT apresentou embargos de declaração e aguarda o julgamento.
- a. Após o julgamento dos embargos e também das contrarrazões, o processo foi distribuído em 31/03/2022 para a sessão especializada em dissídios (SDC), aguardando julgamento.
 - b. No exercício de 2022, como a ação foi julgada parcialmente procedente e com a intimação para o cumprimento de aplicação de reajuste nos salários, a provisão para reajuste salarial dos trabalhadores precisou ser ajustada para refletir a decisão parcial do órgão regulador. nota explicativa nº 20c

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas	11.697	8.451
Cíveis	1.845	3.155
	<u>13.542</u>	<u>11.606</u>

16. IRPJ E CSLL – DIFERIDO

O IPT vem realizando mensalmente, a parcela de depreciação da C.M. Especial – Lei nº 8.200/91, onde tais valores são adicionados na apuração do lucro real e na base de cálculo da CSLL.

A constituição desta reserva especial foi lançada como reserva de capital, no patrimônio líquido e utilizada para absorver prejuízos acumulados no exercício de 1998.

Conforme preceitua a NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro, a entidade deve reconhecer ativos e passivos fiscais diferidos quando observarem diferenças dedutíveis ou tributáveis.

A reserva especial constituída é uma diferença temporária tributável, desta forma, o IPT efetuou o reconhecimento fiscal diferido em conta do passivo não circulante, que será realizada na mesma proporção da realização da depreciação.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em julho de 2023, o IPT subscreveu o aumento de capital no montante de R\$ 1.180.837,59, de acordo com a AGO/AGOE de 26/04/2023 mediante o recurso para aumento de capital autorizado pelo acionista majoritário que a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

- Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.953.455.215 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
- Reservas de Capital:** Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.
- Recurso para Aumento de Capital:** Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O IPT como empresa dependente do Estado de São Paulo desenvolve atividade administrativa de relevância social, não tendo sido idealizado com a finalidade de gerar rendimentos financeiros, mas sim de atender ao interesse público e de cumprir os objetivos instituídos na sua lei de criação. A finalidade da norma que autorizou a criação do Instituto, a saber, a Lei estadual nº 896/1975, está intrinsecamente relacionada à necessidade de atendimento da demanda de Ciência e Tecnologia dos setores público e privado e ao desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, objetivos que têm sido permanentemente perseguidos pela empresa. Desta forma, foi consignada para o exercício de 2024 dotação aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no montante de R\$ 139.516.506,00, conforme Lei nº 17.836, de 22 de dezembro de 2023 (Lei Orçamentária Anual 2024).

19. COBERTURA DE SEGUROS

O IPT adota uma política de manter apólices de seguros em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O IPT contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras.

Em 31 de dezembro de 2023, existia cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2024.

RISCO	COBERTURA	VALOR EM RISCO
Compreensivo Empresarial – Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de T.I.	R\$ 329.155

Responsabilidade Civil de Administradores – D&O	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	R\$ 20.000
---	---	------------

20. CUSTOS, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PROVISÕES

a) Composição do custo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração, encargos e benefícios	93.909	105.165
Serviços de terceiros	10.372	10.841
Utilidades	6.146	6.470
Impostos e taxas	4.359	4.879
Depreciação e amortização	8.875	8.040
Outros custos	3.398	3.442
TOTAL	127.059	138.837

b) Composição das despesas administrativas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração, encargos e benefícios	37.873	38.846
Utilidades	487	625
Impostos e taxas (n.e. nº11.a)	2.226	11.507
Outras	1.802	1.623
TOTAL	42.388	52.601

c) Composição das despesas com provisões diversas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Perdas estimadas de cré. de liquidação duvidosa	54	15
Provisão para reclamações trabalhistas	1.412	998
Provisão para dissídio coletivo – (n.e. nº 15-a.3)	2.807	(2.913)
Provisão para IPTU – imunidade	2.135	-
Outras	(593)	(954)
TOTAL	5.815	(2.854)

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram não existir fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício findo em 31/12/2023 que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
A companhia

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas é uma empresa pública do Estado de São Paulo que tem como missão criar e aplicar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida de todos os cidadãos paulistas e brasileiros. Está constituída na forma de sociedade anônima tendo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo como seu acionista majoritário. É dependente do Estado de São Paulo por receber dotação orçamentária governamental como parte de seus recursos para operação e possui personalidade jurídica de direito privado.

O IPT em 2023 completou 124 anos de existência e desde sua fundação como gabinete de resistência dos materiais na Universidade de São Paulo atua prestando apoio tecnológico a parceiros privados e públicos. Sua organização atual está voltada para operar em oito áreas: Materiais Avançados, Energia, Bionanotecnologia, Tecnologias Digitais, Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente, Habitação e Edificações, Tecnologias Regulatórias e Metrológicas e Ensino Tecnológico.

Atualmente destaca-se entre os Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT) do ecossistema de inovação do Brasil como uma das maiores e mais completas infraestruturas laboratoriais que conta com mais de 100 mil m² para desenvolvimento de projetos multidisciplinares.

O Instituto conta com mais de 1.000 empregados e colaboradores que trabalham diariamente nos seus campi em São Paulo, Franca, São José dos Campos e, recentemente integrado à empresa a operação em Manaus.

Atua com serviços de pesquisa, desenvolvimento & inovação; serviços tecnológicos; Análises, Ensaios, Calibrações e Medições; Produção de Materiais de Referência; Atividades de Educação e Programas de Inovação Aberta.

A localização do IPT é um privilégio por ser um dos maiores centros de produção de conhecimento do país e da América Latina congregando em seu entorno a USP, Instituto Butantã, IPEN, Instituto da Marinha, Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico ambas do Estado de São Paulo além de outras Instituições e empresas que se voltam para geração de produtos e serviços baseados em conhecimento que impactam de maneira significativa a forma de viver das pessoas e a organização da sociedade.

A Operação

O ano de 2023 foi marcado como o primeiro ano em que os efeitos diretos da pandemia não se mostraram intensamente presentes. Essa tendência aliada a uma preocupação permanente, e cada vez mais intensa, com efeitos das mudanças climáticas, além dos impactos internacionais intensos pela Guerra da Ucrânia e mais recentemente o conflito

de Israel em Gaza, direciona para uma busca por sustentabilidade no desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, colocando algumas questões de extrema relevância na pauta da Ciência e da Tecnologia (C&T) como: a disponibilidade de energia sustentável e limpa, segurança, saúde, intensificação da busca por soluções em economia circular, e o desenvolvimento de soluções (fármacos, vacinas e terapias) que protejam a vida humana e animal. Estas são algumas das agendas que tem impactado países e diversas instituições. Para o IPT o movimento não tem sido diferente.

A temática ESG está na pauta central da estratégia do Instituto. Em 2023 esse enfoque é priorizado para desenvolver projetos que atendam aos anseios da sociedade respondendo para seus gargalos e necessidades (pesquisa voltada à missão) com responsabilidade ambiental, social e atendendo a elevados preceitos de governança.

Projetos de grande impacto iniciaram sua implantação em 2023 influenciados também pelos movimentos que estão afetando toda comunidade internacional, valendo alguns destaques:

Na área da saúde o ano foi marcado pelo investimento para construção do NUTABES (Núcleo de Tecnologias Avançadas para Saúde e Bem-estar aplicado às Ciências da Vida) que desenvolverá projetos na área da saúde ambiental, humana e animal, sendo uma das áreas de destaque a construção da Pig Facility que abrigará a produção de órgãos suínos para realizar xenotransplantes e assim zera a fila de pessoas à espera de órgãos. A construção se iniciou em 2023 e está prevista para finalização em 2024.

O Instituto também criou o NUSCARBON (Núcleo de Sustentabilidade e Baixo Carbono) com objetivo de operar métricas de emissões de carbono, gerar projetos de economia circular entre outras temáticas de sustentabilidade.

Na área energética o IPT iniciou projeto de geração de hidrogênio verde utilizando fonte fotovoltaica e já obteve em bancada as primeiras produções do combustível.

Esses esforços estão sendo sementes relevantes que iniciaram operação em 2023 e que tem potencial de crescimento para os próximos anos.

O ano de 2023 também foi marcado pela concretização do esforço de ampliação geográfica das operações do Instituto com a abertura de filial em Manaus e a consolidação da parceria com a Fundação da Universidade Estadual do Amazonas (FUEA) voltada para operacionalizar o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) que visa gerar projetos que valorizam a rica biodiversidade daquela região.

Outro destaque do ano é o programa de inovação aberta denominado IPT *Open* que vem atraindo empresas que queiram operar seus centros de inovação a partir de infraestrutura sediada no campus do Instituto. O ano finalizou com as empresas GranBio, Inteli, Cecil, V2Com com seus escritórios/laboratórios em operação no

campus, e com a assinatura do contrato com Google que iniciará obra para adequação das instalações do prédio 1 que irá abrigar o Centro de Engenharia Google no campus.

Outros parceiros que possuem espaços dedicados no IPT *Open* são a LENOVO que mantém diversos projetos de inovação em parceria com o Instituto, e a Gerdau que mantém projeto para aplicação da tecnologia em grafeno para diversos setores.

O programa também coordena diversos projetos de inovação, operando em parceria com o Sebrae para acelerar 83 startups. Além disso, em colaboração com o IEL, conduz o programa de bolsas de inovação, o qual envolveu 745 bolsistas no desenvolvimento de projetos inovadores em empresas, contribuindo assim para a retenção de talentos no país.

As parcerias da área pública representam um terço em termos de recursos de projetos, mas apresentam uma grande longevidade na cooperação com o Instituto, destacando a relação com a Associação Paulista de Municípios, Defesa Civil, Ministério Público do Estado de São Paulo, Instituto Legislativo Paulista e o suporte aos Municípios e Arranjos Municipais.

O resultado econômico do Instituto apresentou uma significativa melhoria no ano de 2023, embora ainda apresente prejuízo. O resultado passou de prejuízo de R\$ 19,8 milhões em 2022 para prejuízo de R\$ 13,5 milhões em 2023. Esse resultado é decorrente da operação de mais de 180 projetos e 1.950 ensaios e análises, sendo 73 os novos projetos que foram abertos durante o ano. Em grande medida esse resultado é derivado pela intensa parceria com clientes de grande porte que investem em inovação decorrentes de obrigatoriedade de investimento em P&D como os setores de Tecnologia da Informação e Óleo e Gás. Além disso, outra importante fonte para obtenção de parceiros para o Instituto é a possibilidade de operar fomento Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial e Inovação). O IPT continua figurando como uma das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) de referência entre a rede que opera pela Embrapii, desenvolvendo projetos nas áreas de materiais avançados e escalonamento de processos biotecnológicos.

A receita da Instituição é composta por duas principais fontes: dotação advinda do governo do Estado de São Paulo e projetos com o mercado. No ano de 2023 a dotação sofreu corte de repasse da rubrica de custeio que ensejou diminuição de R\$ 6,9 milhões frente ao que estava aprovado e as receitas próprias tiveram queda frente a 2022 de R\$ 6 milhões. Porém o lucro bruto ampliou em mais de 30% resultado do menor custo do serviço prestado com destaque para menor gasto com a rubrica de pessoal que é o item de maior peso das contas do Instituto.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2024

A Administração
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR
	N.E.	31/12/2023			31/12/2022	N.E.	
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.273	37.950	Fornecedores	10	4.699	4.846
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	4.805	4.186	Arrendamento mercantil - Direito de Uso	2.19	1.492	1.420
Contas a receber	5	4.577	4.582	Receitas a realizar		285	285
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		182	1.021	Salários a pagar e encargos a recolher		6.471	6.145
Impostos antecipados e a recuperar	7	2.894	3.328	Impostos e contribuições a recolher	11	3.712	12.844
Estoques	2.7	525	500	Adiantamento de clientes		745	790
Despesas pagas antecipadamente		145	56	Obrigações a pagar - férias e encargos		14.536	13.863
Depósitos compulsórios		276	173	Parcelamentos fiscais	11	3.701	1.381
Outros valores a receber	2.19	318	31	Subvenções governamentais-agências de fomento	12	9.277	7.935
Total do Ativo Circulante		48.995	51.827	Outras obrigações		222	170
NÃO CIRCULANTE				Total do Passivo Circulante		45.140	49.679
Realizável a longo prazo		2.711	3.550	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	157.375	148.601	Parcelamentos fiscais	13	11.017	5.295
Intangível	9	1.382	1.408	Outras exigibilidades - Receita de doação - Agência de Fomento	14	32.316	32.335
Total do Ativo Não Circulante		161.468	153.559	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	23.437	21.744
				Provisão para dissídio coletivo	15	8.323	5.517
				IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	16	1.606	1.703
				Receitas a realizar		285	570
				Arrendamento mercantil - Direito de Uso		684	991
				Total do Passivo Não Circulante		77.668	68.155
TOTAL DO ATIVO		210.463	205.386	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
				Capital social		289.534	288.354
				Reservas de capital		9.382	9.382
				Reservas de lucros		264	264
				Recurso para aumento de capital		13.539	1.180
				Prejuízos acumulados		(225.064)	(211.628)
				Total do Patrimônio Líquido		87.552	87.552
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		210.463	205.386

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR	
	N.E.	A 31/12/2023	A 31/12/2022	A 31/12/2022
Receita de serviços e produtos		49.680		50.646
Subvenção econômica - GESP		106.095		100.508
Subvenção econômica - Fomento	6	23.398		28.498
Receita de doação de bens - Fomento	14	3.983		3.170
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		183.156		182.822
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(6.731)		(6.951)
Devoluções e cancelamentos		(88)		(126)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		176.337		175.745
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	20a	(127.059)		(138.837)
LUCRO BRUTO		49.278		36.908
(DESPESAS)RECEITAS OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	20b	(42.388)		(52.601)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE		(2.697)		(1.704)
Serviços de terceiros		(12.414)		(10.161)
Depreciações e amortizações		(2.648)		(1.831)
Provisões diversas	20c	(5.815)		2.854
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		2.308		3.187
		(63.654)		(60.256)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(14.376)		(23.348)
Receitas financeiras		4.982		4.513
Despesas financeiras		(4.138)		(1.007)
RESULTADO FINANCEIRO		844		3.506
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(13.532)		(19.842)
Imposto de renda e contribuição social		-		-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(13.532)		(19.842)
*Por lote de mil ações do capital social final		-0,05		-0,07

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR	
	N.E.	A 31/12/2023	A 31/12/2022	A 31/12/2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(13.532)		(19.842)
Outros Resultados Abrangentes		-		-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.19	(13.532)		(19.842)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS)

	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR	
	N.E.	A 31/12/2023	A 31/12/2022	A 31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		(13.532)		(19.842)
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL		(13.532)		(19.842)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:				
Depreciação/Amortização		11.996		9.870
Demais Provisões		5.761		(2.869)
Provisão/Reversão para perdas de créditos		54		15
Subtotal		4.279		(12.826)
Variações no Ativo Circulante				
Aplicações financeiras vinculadas		(619)		1.994
Contas a receber		5		1.459
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		839		(128)
Impostos antecipados e a recuperar		434		1.123
Estoques		(25)		(164)
Despesas pagas antecipadamente		(89)		(13)
Depósitos compulsórios		(103)		-
Outros valores a receber		(287)		280
Subtotal		155		4.551
Variações no Passivo Circulante				
Fornecedores		(147)		1.560
Arrendamento Mercantil		(235)		264
Receitas a realizar		(285)		(284)
Salários a pagar e encargos a recolher		326		687
Impostos e contribuições a recolher		(9.132)		9.333
Adiantamento de clientes		(45)		3
Obrigações a pagar - férias e encargos		673		1.704
Subvenções governamentais - agências de fomento		1.342		(2.292)
Realização de provisões		(1.316)		(750)
Outras obrigações		52		(25)
Subtotal		(8.767)		10.200
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(4.333)		1.925
Atividades de Investimento				
Aumento do realizável a longo prazo		839		23
Aquisição de bens do imobilizado		(16.772)		(8.225)
Baixas de bens do imobilizado e intangível		598		1.454
Aumento de Capital		1.180		156
Doações recebidas em bens		(4.272)		(4.707)
Adição de intangível		(299)		(1.548)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(18.726)		(13.447)
Atividades de Financiamento				
Parcelamentos		8.042		(522)
Outras exigibilidades		(19)		1.100
Recursos para Aumento de Capital		12.359		1.024
Caixa líquido aplicada nas atividades de financiamento		20.382		1.602
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.677)		(9.920)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício		37.950		47.870
No final do exercício		35.273		37.950
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.677)		(9.920)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

continua →

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
1. CONTEXTO OPERACIONAL
1.1 A companhia

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas é uma empresa pública do Estado de São Paulo que tem como missão criar e aplicar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida de todos os cidadãos paulistas e brasileiros. Está constituída na forma de sociedade anônima tendo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo como seu acionista majoritário. É dependente do Estado de São Paulo por receber dotação orçamentária governamental como parte de seus recursos para operação e possui personalidade jurídica de direito privado.

O IPT em 2023 completou 124 anos de existência e desde sua fundação como gabinete de resistência dos materiais na Universidade de São Paulo atua prestando apoio tecnológico a parceiros privados e públicos. Sua organização atual está voltada para operar em oito áreas: Materiais Avançados, Energia, Bionanotecnologia, Tecnologias Digitais, Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente, Habitação e Edificações, Tecnologias Regulatórias e Metrológicas e Ensino Tecnológico.

Atualmente destaca-se entre os Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT) do ecossistema de inovação do Brasil como uma das maiores e mais completas infraestruturas laboratoriais que conta com mais de 100 mil m² para desenvolvimento de projetos multidisciplinares.

O Instituto conta com mais de 1.000 empregados e colaboradores que trabalham diariamente nos seus campi em São Paulo, Franca, São José dos Campos e, recentemente integrado à empresa a operação em Manaus.

Atua com serviços de pesquisa, desenvolvimento & inovação; serviços tecnológicos; Análises, Ensaios, Calibrações e Medições; Produção de Materiais de Referência; Atividades de Educação e Programas de Inovação Aberta.

A localização do IPT é um privilégio por ser um dos maiores centros de produção de conhecimento do país e da América Latina congregando em seu entorno a USP, Instituto Butantã, IPEN, Instituto da Marinha, Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico ambas do Estado de São Paulo além de outras Instituições e empresas que se voltam para geração de produtos e serviços baseados em conhecimento que impactam de maneira significativa a forma de viver das pessoas e a organização da sociedade.

1.2 A Operação

O ano de 2023 foi marcado como o primeiro ano em que os efeitos diretos da pandemia não se mostraram intensamente presentes. Essa tendência aliada a uma preocupação permanente, e cada vez mais intensa, com efeitos das mudanças climáticas, além dos impactos internacionais intensos pela Guerra da Ucrânia e mais recentemente o conflito de Israel em Gaza, direciona para uma busca por sustentabilidade no desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, colocando algumas questões de extrema relevância na pauta da Ciência e da Tecnologia (C&T) como: a disponibilidade de energia sustentável e limpa, segurança, saúde, intensificação da busca por soluções em economia circular, e o desenvolvimento de soluções (fármacos, vacinas e terapias)

que protejam a vida humana e animal. Estas são algumas das agendas que tem impactado países e diversas instituições. Para o IPT o movimento não tem sido diferente. A temática ESG está na pauta central da estratégia do Instituto. Em 2023 esse enfoque é priorizado para desenvolver projetos que atendam aos anseios da sociedade respondendo para seus gargalos e necessidades (pesquisa voltada à missão) com responsabilidade ambiental, social e atendendo a elevados preceitos de governança. Projetos de grande impacto iniciaram sua implantação em 2023 influenciados também pelos movimentos que estão afetando toda comunidade internacional, valendo alguns destaques:

Na área da saúde o ano foi marcado pelo investimento para construção do NUTABES (Núcleo de Tecnologias Avançadas para Saúde e Bem-estar aplicado às Ciências da Vida) que desenvolverá projetos na área da saúde ambiental, humana e animal, sendo uma das áreas de destaque a construção da Pig Facility que abrigará a produção de órgãos suínos para realizar xenotransplantes e assim zera a fila de pessoas à espera de órgãos. A construção se iniciou em 2023 e está prevista para finalização em 2024.

O Instituto também criou o NUSCARBON (Núcleo de Sustentabilidade e Baixo Carbono) com objetivo de operar métricas de emissões de carbono, gerar projetos de economia circular entre outras temáticas de sustentabilidade.

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a relação com a Associação Paulista de Municípios, Defesa Civil, Ministério Público do Estado de São Paulo, Instituto Legislativo Paulista e o suporte aos Municípios e Arranjos Municipais.

O resultado econômico do Instituto apresentou uma significativa melhoria no ano de 2023, embora ainda apresente prejuízo. O resultado passou de prejuízo de R\$ 19,8 milhões em 2022 para prejuízo de R\$ 13,5 milhões em 2023. Esse resultado é decorrente da operação de mais de 180 projetos e 1.950 ensaios e análises, sendo 73 os novos projetos que foram abertos durante o ano. Em grande medida esse resultado é derivado pela intensa parceria com clientes de grande porte que investem em inovações decorrentes de obrigatoriedade de investimento em P&D como os setores de Tecnologia da Informação e Óleo e Gás. Além disso, outra importante fonte para obtenção de parceiros para o Instituto é a possibilidade de operar fomento Embrapij (Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial e Inovação). O IPT continua figurando como uma das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) de referência entre a rede que opera pela Embrapij, desenvolvendo projetos nas áreas de materiais avançados e escalonamento de processos biotecnológicos.

A receita da Instituição é composta por duas principais fontes: dotação advinda do governo do Estado de São Paulo e projetos com o mercado. No ano de 2023 a dotação sofreu corte de repasse da rubrica de custeio que ensejou diminuição de R\$ 6,9 milhões frente ao que estava aprovado e as receitas próprias tiveram queda frente a 2022 de R\$ 6 milhões. Porém o lucro bruto ampliou em mais de 30% resultado do menor custo do serviço prestado com destaque para menor gasto com a rubrica de pessoal que é o item de maior peso das contas do Instituto.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram divulgadas em 10 de fevereiro de 2023 e devem ser lidas em conjunto.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2023 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação.

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de elaboração e apresentação das informações anuais

a) Apresentação das informações anuais

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

b) Continuidade operacional

A administração avaliou a capacidade do IPT em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração do IPT não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4 Aplicações Financeiras - Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta de subvenção governamental-agência de fomento.

2.5 Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio do resultado - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento" Recebíveis - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa.

O IPT constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do departamento financeiro e no histórico de recebimentos e garantias existentes. Além disso, não há expectativas de perdas adicionais significativas.

2.7 Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, não considerando o valor residual. nota explicativa nº 8.

Entende-se como vida-útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, esperando geração de benefícios econômicos, ou quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com "ativos semelhantes".

O IPT como empresa pública, tem em seu patrimônio bens que entraram através de projetos de fomento com finalidades específicas em inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metrológico, informação e educação em tecnologia. Os bens são construídos de forma a atender as necessidades especiais do instituto como empresa prestadora de serviços e ao final da vida útil sendo constatado que não tenha utilidade para o instituto, esses bens que não são considerados comuns poderão ser destinados ao Fundo de Solidariedade do GESP - FUSSESP.

As novas taxas de depreciação e de amortização do intangível foram determinadas com base no valor residual e do tempo de vida útil remanescente dos bens, conforme estabelecido na NBC TG 27(R4), correlação com o IAS 16 (IASB). Essas novas taxas de depreciação e amortização societária foram reconhecidas contabilmente, conforme preceitua o ICPC 10, item 30 e o CPC 23, itens 32 a 38. Esse trabalho foi viabilizado por laudo técnico emitido pela Factum - Avaliações e Consultoria S/S após avaliação de 23.307 itens pertencentes aos bens do ativo imobilizado do instituto.

Este laudo está em consonância com a NBR 14653, partes 1 e 5 prescritas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e também segue os preceitos do IFRS (International Financial Reporting Standards), ASA (American Society of Appraisers) e SFAS (Statement of Financial Accounting Standards).

O IPT no período contábil de novembro/21 efetuou a apuração e contabilização da depreciação e a amortização societária.

Antes do processo de registro, a contabilidade do instituto efetuou exaustivas análises em conjunto com especialistas externos na matéria, buscando a interpretação e o entendimento da aplicação das normas vigentes para ter a segurança necessária de que as demonstrações contábeis estejam aptas para a sua aprovação pelos órgãos fiscalizadores internos e externos. Dessa forma, foram concluídos e aplicados os métodos conforme as Interpretações Técnicas: ICPC 10 (item nº 30) 1 - Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 e também o CPC 23 (itens de nº 32 a 38) 2 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em relação a mudança de estimativas contábeis geradas pela nova vida útil daqueles bens.

2.9 Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos. nota explicativa nº 9.

2.10 Provisão para perdas por Impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há início de perda do valor recuperável (Impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar do seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como "Impairment Test", apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01(R4) de 22 de dezembro de 2017 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05 (cinco) anos de atividades do IPT e comparando o resultado do valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da apólice de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2023.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do Instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) - Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de reconhecimento de perda adicional nas demonstrações financeiras.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12 Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

• Geral

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

• Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do IPT. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.13 Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

2.15 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado, conforme nota explicativa nº 16.

2.16 Arrendamento Mercantil - IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados no prazo do arrendamento mercantil.

O IPT tem contratos que se enquadram na norma aplicada aos arrendamentos, e foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. nota explicativa nº 10.

2.17 Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas.

2.18 Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem ou serviço a ser entregue, a entidade deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pelo IPT através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação. As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

2.19 Reconhecimento da Receita à Realizar

O IPT divulgou ao mercado a possibilidade de instalação de centros de inovação em sua sede através do Programa IPT Open, tornando-se um novo pilar de atuação. Foram realizados contratos de compartilhamento de instalações com a finalidade de desenvolver projetos e aplicação de novas tecnologias com as entidades. Este compartilhamento realizado através de instrumento contratual tem a previsão de contrapartida financeira mensal.

2.20 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

O IPT não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro/(Prejuízo) Líquido dos períodos apresentados.

2.21 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	230	19
Aplicações financeiras	35.043	37.931
	35.273	37.950

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	21.710	23.675
Sistema de Administr. Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	13.333	14.256
Fundos de investimento em renda fixa	35.043	37.931

O saldo da aplicação financeira no SIAFEM tem como origem a transferência de recursos do Banco do Brasil e são remunerados pela taxa aplicável aos fundos de renda fixa.

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras vinculadas	4.805	4.186
	4.805	4.186

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por agências de fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

O IPT possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação da liberação do crédito ocorre por meio de análise cadastral, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos; informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações e garantias apresentadas (conforme relevância da operação).

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	5.147	5.115
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(570)	(533)
	4.577	4.582

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022.

No período de 12 meses a taxa de inadimplência ficou em 1,33%, demonstrando a correta aplicação dos processos de recuperação de créditos juntos aos clientes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	3.961	3.844
De 1 a 30 dias	558	702
De 31 a 60 dias	58	36
De 61 a 90 dias	30	34
Há mais de 91 dias	540	499
	1.186	1.271
	5.147	5.115

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O IPT possui junto à Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT, um termo de Cooperação Técnico-Científica, que objetiva "O planejamento e a execução, por parte da FIPT e do IPT, de programas de cooperação técnico-científica, envolvendo atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação, transferência de tecnologia, cursos de pós graduação, cursos de extensão e capacidade técnica, programas de estágio, treinamento e outras atividades relacionadas com suas respectivas áreas de competência e especialização." O documento prevê, dentre outros itens, que o IPT será o executor técnico do projeto enquanto a FIPT fará a gestão administrativa e financeira dos recursos.

A FIPT atende aos requisitos da Lei de Inovação Paulista complementar nº 1.049/2008 e do Decreto Estadual nº 62.817/2017, e está credenciada junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, como Fundação de Apoio ao IPT.

A FIPT e o IPT se uniram em parceria, pelo regime universal de benefícios para o IPT. Tal união deu-se por vontade dos instituidores da FIPT, declarada na ata da reunião de sua instituição, na qual, os instituidores, livre e soberanamente, aprovaram, pela unanimidade de votos, o ato constitutivo da entidade, com a atuação de Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT. Isso se deu, exatamente para a FIPT, a partir de sua vida, ao mundo jurídico, colaborar, auxiliar, fomentar o IPT. Assim o faz nos exatos termos dispostos em seu Estatuto.

A administração superior da FIPT cabe ao Conselho Curador, que é o seu órgão normativo e deliberativo superior. Este Conselho é composto por 09 (nove) membros, sendo o Diretor Presidente do IPT, membro nato e presidente do conselho Curador da FIPT, 03 (três), indicados pelo Conselho de Administração do IPT, destes, 01 (um) pertencente de quadro efetivo de instituições de ensino superior ou de pesquisas do Estado de São Paulo e os outros dois, oriundos da sociedade civil, especificamente, do segmento empresarial. Os outros 05 (cinco) indicados dentre os pesquisadores da carreira de nível Universitário em exercício no quadro efetivo do IPT, há no mínimo, 05 (cinco) anos.

A Diretoria Executiva da FIPT é constituída de 03 (três) membros oriundos do quadro efetivo do IPT, com as seguintes funções: Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Adjunto. Todos eles escolhidos pelo Conselho Curador.

Na execução do plano de trabalho dos projetos firmados no âmbito do termo de cooperação, a FIPT na qualidade de gestora de todos os recursos que remunerar o objeto das propostas de trabalho acordadas, cuida para que os recursos sejam destinados para o ressarcimento, na forma que o IPT determinar, dos custos do IPT.

Em 2023, o valor repassado pela FIPT ao IPT foi de R\$ 22.734 e R\$ 25.217 em 2022. Esses valores representam o ressarcimento dos custos incorridos pelo IPT na execução das propostas de trabalho acordadas com a FIPT, registrados no grupo de receitas de agência de fomento (dre).

7. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS a Compensar	171	115
PASEP a Compensar	76	62
Contribuição Social a Compensar	899	629
Imposto de Renda a Compensar	367	1.171
IRRF sobre Aplicações Financeiras	396	380
IRRF a Compensar	983	919
INSS a Compensar	2	50
ISS a Compensar	2	2
	2.894	3.328

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	31/12/2023			31/12/2022			
Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	
Terrenos	37.283	-	37.283	37.283	-	37.283	
Edifícios e Benfeitorias	2% a 50%	92.776	(51.612)	41.164	92.776	(50.020)	42.756
Máq. e Equipamentos	2% a 50%	192.263	(161.236)	31.027	189.161	(157.090)	32.071
Instalações	2% a 50%	21.905	(15.973)	5.932	17.421	(15.587)	1.834
Equipamentos de T.I.	5% a 50%	20.246	(14.105)	6.141	17.554	(13.105)	4.449
Instrumentos Diversos	6,67% a 50%	371	(364)	7	375	(365)	10
Veículos	5% a 50%	4.166	(3.697)	469	4.16		

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2023	31/12/2022
ISS	206	187
PASEP e COFINS	347	338
IRRF - Terceiros e Funcionários	2.943	2.778
COFINS - Retenção	105	111
PASEP - Retenção	23	24
IPTU - Adicional (a)	-	9.313
IPTU (b)	-	-
Outros	88	93
Total de Impostos e Contribuições a recolher	3.712	12.844
Parcelamentos Fiscais - Municipal - P.P.I. + P.A.T.	3.701	1.381
	7.413	14.225

(a) Está sendo mencionado nesta nota explicativa, o valor de IPTU-Adicional dos exercícios entre 2017 a 2022 em decorrência de processo de regularização, junto a Prefeitura do Município de São Paulo, das áreas construídas no imóvel do IPT. Foi realizado o reconhecimento contábil do valor mencionado levando a resultado no mês de dezembro de 2022. Em fevereiro de 2023 o IPT formalizou a adesão ao parcelamento administrativo de débitos tributários (PAT).

(b) O IPT apresentou junto a Prefeitura de São Paulo o processo de autodeclaração de imunidade tributária referente ao IPTU. A Declaração de Imunidade Tributária permitirá à entidade enquadrada na alínea "c" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal o desempenho de suas atividades na qualidade de imune perante o Município de São Paulo. Dessa forma, as parcelas com vencimento em setembro, outubro e novembro de 2023 foram canceladas. Os valores cancelados estão reconhecidos no balanço como provisão até o encerramento do processo por parte da Prefeitura de São Paulo.

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	31/12/2023	31/12/2022
FEHIDRO	1.901	1.778
FINEP	-	7
CNPQ	126	126
EMBRAPPII	51	51
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	1.916	2.285
PROJETO HIDROGÊNIO VERDE	2.002	-
Outros	3.281	3.688
	9.277	7.935

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	ISS	IPTU	IPTU-adicional	TOTAL
Saldo em 31/12/2022	4.465	830	-	5.295
Saldo em 31/12/2023	3.733	695	6.589	11.017

(a) Em 16 de outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos do IPTU inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 1996 a 1999 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(b) Em 24 de outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos de ISS inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 2006 a 2008 e 2011 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(c) Em 2023 foi realizada a adesão ao parcelamento do IPTU-adicional-2017 à 2021(P.A.T.).

14. OUTRAS EXIGIBILIDADES - RECEITA DE DOAÇÃO - AGÊNCIAS DE FOMENTO - NBC TG 07 (R2)

Está sendo mencionado nesta nota explicativa, às particularidades atinentes às transações contábeis das doações e subvenções feitas pelas Agências de Fomento (Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, entre outras instituições), para o incentivo e o desenvolvimento de projetos de P&D, mediante a celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com o Instituto.

Na linha do Balanço Patrimonial Outras exigibilidades - Receita de doação - Agências de Fomento (Não Circulante), estão contabilizados os valores pertencentes aos ativos recebidos em doação, que com o tempo sofrerão a depreciação registrada a débito desta conta amortizando o valor principal do bem recebido em doação.

A linha de Subvenções Governamentais - Agências de Fomento (Passivo Circulante) está intrinsecamente relacionada com a linha de Outras Exigibilidades (Passivo Não Circulante).

O roteiro específico contábil das mencionadas doações e subvenções, que seguem os ditames da Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual determina à respectiva contabilização diretamente como receita no resultado, está na seguinte conformidade: no caso de recebimento de equipamentos (imobilizado depreciável), mesmo que já sob sua propriedade, por ter cumprido todas as condições, a companhia não poderá reconhecer a receita imediatamente no resultado, tendo em vista que eles provocarão depreciações no futuro. Assim, a apropriação à receita dar-se-á paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais ativos. Esse crédito ao resultado poderá ser feito na forma de receita ou mesmo como redução de despesas de depreciação.

Na medida em que os projetos de fomento vão sendo finalizados e os itens comprados com recursos dessa origem são doados ao IPT, aplica-se o roteiro de contabilização no grupo do Balanço de Outras exigibilidades - Receita de doação - Agências de Fomento (Não Circulante), em contrapartida do aumento do ativo imobilizado, tendo em vista que o instituto não se valeu de recursos próprios para a aquisição de tais bens, os quais, repise-se, não poderão ser registrados como uma receita de doação, de acordo com a Lei federal nº 11.638/07.

Partindo-se do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras exigibilidades - Receita de doação - Agências de Fomento (Não Circulante) não representam dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas (1)	13.735	13.585
Cíveis (1)	5.442	5.442
Fiscais e tributários	88	88
Indenizações contratuais	201	201
Provisão - descontaminação - Jaguaré-S.P. (2)	1.835	2.428
Provisão para IPTU - pedido de imunidade	2.136	-
Provisão para dissídio coletivo (3)	8.323	5.517
	31.760	27.261

(1) Trabalhistas e cíveis referem-se a riscos para os quais a administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

(2) O IPT no exercício de 2021 ofereceu autodenúncia para Cetesb relatando o desenvolvimento do projeto de descontaminação do terreno ocupado pela sua antiga filial-Jaguaré-S.P., conforme o processo CETESB nº 046357/2021-77. O IPT efetuou o registro de provisão para gastos futuros baseado nas estimativas apresentadas pela diretoria executiva. A obra está em andamento.

(3) Em 14/10/2021 o IPT foi intimado através de acórdão onde a ação foi julgada parcialmente procedente tendo como adverso o Sindicato de trabalhadores em Atividades de Pesquisa, desenvolvimento científico e Tecnologia. O IPT apresentou embargos de declaração e aguarda o julgamento.

a. Após o julgamento dos embargos e também das contrarrazões, o processo foi distribuído em 31/03/2022 para a sessão especializada em dissídios (SDC), aguardando julgamento.

b. No exercício de 2022, como a ação foi julgada parcialmente procedente e com a intimação para o cumprimento de aplicação de reajuste nos salários, a provisão para reajuste salarial dos trabalhadores precisou ser ajustada para refletir a decisão parcial do órgão regulador. nota explicativa nº 20c

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	11.697	8.451
Cíveis	1.845	3.155
	13.542	11.606

16. IRPJ E CSLL - DIFERIDO

O IPT vem realizando mensalmente, a parcela de depreciação da C.M. Especial - Lei nº 8.200/91, onde tais valores são adicionados na apuração do lucro real e na base de cálculo da CSLL.

A constituição desta reserva especial foi lançada como reserva de capital, no patrimônio líquido e utilizada para absorver prejuízos acumulados no exercício de 1998.

Conforme preceitua a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro, a entidade deve reconhecer ativos e passivos fiscais diferidos quando observarem diferenças dedutíveis ou tributáveis.

A reserva especial constituída é uma diferença temporária tributável, desta forma, o IPT efetuou o reconhecimento fiscal diferido em conta do passivo não circulante, que será realizada na mesma proporção da realização da depreciação.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em julho de 2023, o IPT subscreveu o aumento de capital no montante de R\$ 1.180.837,59, de acordo com a AGO/AGOE de 26/04/2023 mediante o recurso para aumento de capital autorizado pelo acionista majoritário que a Secretária da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.953.455.215 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Capital: Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital. **c) Recurso para Aumento de Capital:** Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O IPT como empresa dependente do Estado de São Paulo desenvolve atividade administrativa de relevância social, não tendo sido idealizado com a finalidade de gerar rendimentos financeiros, mas sim de atender ao interesse público e de cumprir os objetivos instituídos na sua lei de criação. A finalidade da norma que autorizou a criação do Instituto, a saber, a Lei estadual nº 896/1975, está intrinsecamente relacionada à necessidade de atendimento da demanda de Ciência e Tecnologia dos setores público e privado e ao desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, objetivos que têm sido permanentemente perseguidos pela empresa. Desta forma, foi consignada para o exercício de 2024 dotação aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no montante de R\$ 139.516.506,00, conforme Lei nº 17.836, de 22 de dezembro de 2023 (Lei Orçamentária Anual 2024).

19. COBERTURA DE SEGUROS

O IPT adota uma política de manter apólices de seguros em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O IPT contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras.

Em 31 de dezembro de 2023, existia cobertura de seguros contra incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2024.

RISCO	COBERTURA	VALOR EM RISCO
Compreensivo Empresarial - Riscos operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos de T.I.	R\$ 329.155
Responsabilidade Civil de Administradores - D&O	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	R\$ 20.000

20. CUSTOS, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PROVISÕES
a) Composição do custo:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração, encargos e benefícios	93.909	105.165
Serviços de terceiros	10.372	10.841
Utilidades	6.146	6.470
Impostos e taxas	4.359	4.879
Depreciação e amortização	8.875	8.040
Outros custos	3.398	3.442
TOTAL	127.059	138.837

b) Composição das despesas administrativas:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração, encargos e benefícios	37.873	38.846
Utilidades	487	625
Impostos e taxas (n.e. nº 11.a)	2.226	11.507
Outras	1.802	1.623
TOTAL	42.388	52.601

c) Composição das despesas com provisões diversas:

	31/12/2023	31/12/2022
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	54	15
Provisão para reclamações trabalhistas	1.412	998
Provisão para dissídio coletivo - (n.e. nº 15-a.3)	2.807	(2.913)
Provisão para IPTU - imunidade	2.135	-
Outras	(593)	(954)
TOTAL	5.815	(2.854)

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram não existir fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício findo em 31/12/2023 que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

DIRETORIA
LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI

Diretora-Presidente

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA

Diretora Financeira e Administrativa

CLAUDIA CAPARELLI

Diretora de Novos Negócios, Inovação e IPT Open

ADRIANO MARIN DE OLIVEIRA

Diretor de Operações

FABRÍCIO ARAUJO MIRANDOLA

Diretor de Estratégia e Relações Institucionais

CONTADOR
FRANCISCO SOUTO OUTEDA

CRC 1SP154222/O-1

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S de 08 de fevereiro de 2024, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho de Administração, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

THIAGO RODRIGUES LIPORACI

Presidente do Conselho

JORGE TATINO JÚNIOR

Conselheiro

VALMIR GOMES DIAS

Conselheiro

MARCOS ALBERTO CASTELHANO BRUNO

Conselheiro Independente

LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI

Conselheira Diretora-Presidente

LEVI POMPERMAYER MACHADO

Conselheiro

ANTONIO EDSON MACIEL DOS SANTOS

Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria

FERNANDO ANDRADE STARLING

Conselheiro

SÉRGIO ROBERTO NOBRE

Conselheiro

LÉA DE JESUS SILVA E SILVA DE MORAES REGO

Conselheira Independente

ROS MARI ZENHA

Conselheira e Representante dos Empregados

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S de 08 de fevereiro de 2024, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

Presidente do Conselho

IZADORA RODRIGUES NORMANDO SIMÕES

Conselheira

JULIANA AUGUSTO CARDOSO

Conselheira

MYRIAN MARA KOSLOSKI PRADO

Conselheira

PAULO MAURICIO MACULEVICIUS FERREIRA

Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023
1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) é um órgão de governança e foi instalado pelo Conselho de Administração em 2018, composto por quatro membros independentes, sendo o seu Coordenador membro do Conselho de Administração.

O CAE é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, sem poder decisório ou atribuições executivas atuando com independência em relação à Diretoria da IPT, regido pela Lei nº 13.303/16, pelo Estatuto Social e por seu Regimento Interno.

As funções do CAE são desempenhadas com base nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna e dos responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos e de Controles Internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, são consideradas as informações obtidas em reuniões com responsáveis pelas diversas áreas operacionais do IPT.

A Administração é responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras do IPT, observando a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de Controle e de Gestão de Riscos. Aos Auditores Independentes cabe assegurar que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do IPT, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

O CAE realizou 14 reuniões em 2023. A Tabela 1 demonstra a composição do CAE em 31 de dezembro de 2023.

Tabela 1 - Composição do Comitê de Auditoria Estatutário.

Nome	Função
Antônio Edson Maciel dos Santos	Coordenador
Ernesto Avelar Neto	Membro
Ivan Stagliano Ismael	Membro
Otávio Ramos dos Santos	Membro

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
2.1. Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria Estatutário obteve informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna por meio de reuniões periódicas e procedeu à análise dos resultados dessas atividades, bem como da metodologia de acompanhamento e do status das recomendações emitidas pela Auditoria Interna. Adicionalmente, examinou o cumprimento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) para o exercício de 2023.

Com base nas informações fornecidas pelo IPT, nas atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário, em conformidade com as atribuições e responsabilidades estabelecidas na legislação em vigor, e considerando as limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê ratifica que a Auditoria Interna desempenhou suas funções com independência, objetividade e qualidade ao longo do exercício de 2023, respondendo de forma adequada às demandas apresentadas pelo Comitê.

Em 2023, o CAE não tomou conhecimento de qualquer evento especialmente relevante ou de natureza grave que possa comprometer o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao IPT ou a fidedignidade de seus resultados.

2.2. Auditoria Independente

O Comitê de Auditoria Estatutário supervisionou as atividades da empresa de Auditoria Independente, Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, avaliando sua independência na execução de seus trabalhos, a qualidade dos serviços prestados e a adequação desses serviços às necessidades do IPT.

No âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria avaliou os trabalhos de auditoria independente relativos às Demonstrações Contábeis Intermediárias dos 1º, 2º e 3º Trimestres de 2023, bem como às Demonstrações Contábeis Anuais, incluindo as notas explicativas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O CAE realizou múltiplas reuniões com a Auditoria Independente, nas quais foram abordados os seguintes temas:

- Planejamento e execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis trimestrais;
- Extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados;
- Deficiências significativas identificadas nas avaliações dos controles internos, bem como os pontos de atenção identificados; e
- Conclusões decorrentes dos exames de auditoria realizados.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria buscou informações sobre a interação dos auditores com a administração e os gestores, visando garantir a independência dos trabalhos. Essa diligência foi conduzida por meio de reuniões realizadas em separado, sem a presença de representantes do Instituto.

2.3. Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos

→ continuação

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023

2.5. Demonstrações Financeiras

O CAE avaliou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Valor Adicionado e Notas Explicativas, além das práticas contábeis relevantes utilizadas pelo IPT na elaboração das Demonstrações Financeiras.

2.6. Outras Atividades

Além das atividades acima referidas, durante o ano de 2023, o Comitê apreciou inventário de ativo imobilizado; imunidade tributária; projeto de transformação digital, projeto de implantação do ERP; status das obras para obtenção do AVCB e da regularização imobiliária do IPT; descontaminação do terreno do Jaguaré; programa IPT Open; e aprovação das Contas Anuais e apontamentos do Tribunal de Contas.

3. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, baseado nas informações recebidas da Administração, nas discussões durante o exercício, nas explicações e nos esclarecimentos prestados pela Administração, pelas áreas técnicas, pelas Auditorias Interna e Independente, e com fundamento no Relatório da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, de 09 de fevereiro de 2023, entende que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis. Dessa forma, o Comitê recomenda a deliberação das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pelo Conselho de Administração do IPT.

Antônio Edson Maciel dos Santos
Coordenador e Conselheiro de Administração Independente

Ernesto Avelar Neto
Membro

Ivan Stagliano Ismael
Membro

Otávio Ramos dos Santos
Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

**Administração e aos Conselheiros do
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Auditoria dos Valores Correspondentes aos Períodos Anteriores**

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentado para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós, com emissão de relatório sem modificação, em 10 de fevereiro de 2023.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2024

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico
ELIANE TÂNIA RESMINI
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica